

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 181

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE NOVEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 022/99

Curitiba, 24.11.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei dispondo que todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro - exclusive os recursos de aplicação vinculada, verificados no balancete encerrado no último dia útil de cada mês do exercício de 1999. Dispõe ainda que as disponibilidades dos fundos, excluídos o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, junto ao Tesouro, existentes e não comprometidas em 31 de dezembro de 1999, provenientes de receitas a eles vinculadas, ficam convertidas em fonte 00 - Ordinário não vinculados e transferidas definitivamente ao Tesouro Geral do Estado, autorizando os procedimentos legais que especifica.

Segue, adiante transcrita, justificativa a mim apresentada pelo Secretário de Estado da Fazenda, onde estão contidos melhores esclarecimentos sobre o assunto:

“O presente anteprojeto de lei, a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, objetiva obter daquela egrégia Casa autorização legal para o Poder Executivo implantar sistema de transferência ao Tesouro Estadual de saldos disponíveis nos fundos e órgãos da Administração Indireta do Estado.

A proposição estabelecida pelos artigos 1º e 2º do presente anteprojeto, justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões, pelos fundos e unidades da administração indireta, passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais pelo mesmo, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro.

O inciso I, do artigo 3º, autoriza o Poder Executivo a operacionalização do sistema, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

O inciso II do mesmo artigo autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro - exclusive os recursos de aplicação vinculada, verificados no balancete encerrado no último dia útil de cada mês do exercício de 1999.

Art. 2º - As disponibilidades dos fundos, excluídos o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, junto ao Tesouro, existentes e não comprometidas em 31 de dezembro de 1999, provenientes de receita a eles vinculadas, ficam convertidas em fonte 00 - Ordinário não vinculados e transferidas definitivamente ao Tesouro Geral do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer o percentual e o prazo para recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, bem como o montante do numerário mencionado no art. 1º desta lei, conforme definido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

II - abrir créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios de 1999 a 2000, necessários à implementação do estabelecido nos artigos 1º e 2º, utilizando como recursos o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 023/99

Curitiba, 24.11.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, lei essa pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e adotar outras providências sobre a matéria, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2000.

O Plano de Lei ora proposto, que resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, visa aprimorar e atualizar disposições da legislação estadual que regula a cobrança do IPVA, adaptando-a à atual conjuntura, definindo novo calendário de recolhimento de tal tributo e assegurando desconto de 10% (dez por cento) para pagamentos feitos em parcela única.

Para melhor detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, conveniência e oportunidade de que é revestida a medida, segue, adiante transcrita, justifica apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“O art. 1º altera o calendário do IPVA, dispondo que o recolhimento desse imposto, em cota única, deverá ser efetuado, em relação a aeronaves e embarcações, até 24.01.2000, e, em relação aos demais veículos, durante o mês de janeiro do ano 2000 de acordo com o final da

placa do veículo; que o pagamento do imposto em parcela única terá uma redução de 10% do valor devido, bem como que o prazo para pagamento do imposto de veículos novos será de trinta dias contados da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão.

Dispõe, ainda, que as aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Revoga, também, o dispositivo que concedia redução de 5% do valor do imposto, nos prazos fixados em Instrução Secretarial, tendo em vista que esse dispositivo não tem mais aplicabilidade, já que os vencimentos estão agora previstos em lei.

O art. 2º aprova a Tabela de Valores Venais para cálculo do IPVA do exercício do ano 2000.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º, do art. 3º, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o § 8º.

“§ 5º - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto resultar em montante inferior a 40 UFIR terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto, executado o disposto no § 8º.

(...)

§ 8º - As aeronaves com mais de vinte anos de fabricação terão a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.”

Alteração 2ª - Os incisos I a III e o § 3º do art. 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - em relação a veículos cadastrados no DET-RAN:

a) até 11/01/2000	veículos de placa final 1
b) até 12/01/2000	veículos de placa final 2
c) até 13/01/2000	veículos de placa final 3
d) até 14/01/2000	veículos de placa final 4
e) até 17/01/2000	veículos de placa final 5
f) até 18/01/2000	veículos de placa final 6
g) até 19/01/2000	veículos de placa final 7
h) até 20/01/2000	veículos de placa final 8

i) até 21/01/2000	veículos de placa final 9
j) até 24/01/2000	veículos de placa final 0

II - até o dia 24/01/2000, em relação às embarcações e aeronaves.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/320/99, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 176/99, de autoria dos Deputados Serafina Carrilho e Anibal Khury.  
**Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/306/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 398/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público.  
**À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/ 307/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

252/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, autoriza o Poder Executivo a criar Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Sertaneja, abrangendo Rancho Alegre e Leópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.703.  
**Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 426/99, do Senhor César Cláudio Moreira Giraldez - Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando os valores repassados para os Municípios referentes aos Serviços Assistenciais de Ação Continuada. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 545/99, do Senhor Osiris Stenghel Guimarães, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Empresa que opera o terminal do Porto de Antonina - FLUTRANS Terminais Marítimos S/A". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 606/99, referente à Men-

sagem Governamental nº 023/99, que dispõe sobre o IPVA para o ano 2000.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 648/97, item 06, em 2ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Élio Lino Rusch, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família de Nelice Hammoud Lemos, falecida no último dia 21 de novembro, no Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

### REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Pedro Baptista, pai do ex-Deputado Nestor Baptista (Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado), falecido em data de ontem nesta capital.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta capital, em data de ontem, o Senhor Pedro Baptista, pai do ex-Deputado Nestor Baptista (atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado).

Homem de valor, era agricultor e residiu por muitos anos no Município de Bela Vista do Paraíso, onde tinha um sítio. Tinha também um comércio na cidade vizinha de Ponta Grossa, onde residiu por outros tantos anos. Após seus 60 anos estava residindo nesta capital.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

### REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município

de Cafelândia, pelo seu 17º aniversário de emancipação político administrativa, ocorrido no dia 25 de novembro do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do Prefeito Romano Czerniej.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao Município de Cafelândia, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região e o crescimento do Paraná, cuja cidade tem como Prefeito o Sr. Romano Czerniej, que tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade, exercendo a sua missão com austeridade e competência, buscando sempre proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade de vida.

#### REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de São Miguel do Iguaçu, pelo seu 38º aniversário de emancipação político administrativa, ocorrido no dia 28 de novembro do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do Prefeito Armando Luiz Polita.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao Município de São Miguel do Iguaçu, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região e o crescimento do Paraná, cuja cidade tem como Prefeito o Sr. Armando Luiz Polita, que tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade, exercendo a sua missão com austeridade e competência, buscando sempre proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade de vida.

#### REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Jorge do Ivaí, pela passagem do seu 44º aniversário de emancipação política, no próximo dia 08.12.99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor José Luiz

Bovo, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Iduilan Zago, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo Paranaense recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de São Jorge do Ivaí estará comemorando seus 44 anos de emancipação política, no próximo dia 08.12.99.

Com esta proposição prestamos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à população de São Jorge do Ivaí que continua prestando eficiente colaboração pelo crescente progresso do Município.

A história de São Jorge do Ivaí é uma história de luta sempre renovada pela fibra de seu povo honesto e trabalhador, contando com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza a população de São Jorge do Ivaí na significativa data em que comemora mais um aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 2592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações à comunidade do Município de São Miguel do Iguaçu, pelas comemorações do 38º aniversário de emancipação político administrativa, realizadas no último final de semana. O Deputado requer ainda, um Voto de Congratulações ao prefeito Armando Luiz Polita, ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu (ACISMI), ao Presidente da Sociedade Rural Benito Remor, além dos secretários e funcionários da administração municipal, pelo excelente trabalho que estão realizando em prol do desenvolvimento de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal José Aria Alves de Lima e Rita Straiotto de Lima, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a

confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje voto de congratulações ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho (Carvalhinho), alusivos a sua posse no cargo de Secretário de Estado de Emprego e Relações do Trabalho, ocorrido no último dia 26 de novembro.

Requer ainda que ao presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada a Rua Carlos de Carvalho, 60 - CEP 80430-180, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados, nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município Cândido de Abreu, alusivos aos seus 45 anos de emancipação Política, comemorados em 26 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao Prefeito Municipal Richard Golba e ao Presidente da Câmara Municipal Clemente Koziel, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, s/nº CEP 84870-000, Município de Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados, nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. José Roberto Borghetti, alusivos a sua posse no cargo de Delegado do Ministério da Agricultura para o Estado do Paraná, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao homenageado através de correspondência a ser encamin-

hada a Rua José Veríssimo, 420 CEP 82820-000, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao SESC Centro/PR (Rua José Loureiro, 578 Curitiba), pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O SESC foi implantado no Paraná em 10 de janeiro de 1948, na condição de Delegacia Estadual, para prestar serviços de assistência médico-hospitalar e organizar atividades recreativas aos comerciantes paranaenses. Em 11 de setembro do ano seguinte, foi elevado à categoria de Departamento Regional e foi criada a Administração Regional do SESP no Paraná.

Hoje o SESC é considerado um importante centro de referência nas áreas de cultura, lazer, saúde e educação. No entanto, a instituição sabe que a sua sobrevivência só estará assegurada mediante a superação de inúmeros desafios. A preocupação com o aperfeiçoamento das ações educativas e o comprometimento com a qualidade constituem-se diretrizes principais de seu trabalho em todas as áreas que atua.

A realização de cursos tomou impulso significativo, tanto no número de modalidades ofertadas quanto no atendimento pela introdução de mecanismos atualizados de gerenciamento. Nos anos 90 a vocação educativa do SESC se confirma através da ampla aceitação dos cursos de atualização profissional e educação infantil, das artes plásticas, artesanato e literatura, além das informações sobre saúde voltadas para o autocuidado, a recuperação da saúde bucal e ao condicionamento físico. Outros eventos complementam o trabalho do SESC, tais como a recreação, a iniciação esportiva e a refeição coletiva.

No primeiro semestre de 1999 o SESC Paraná efetuou aproximadamente 73.000 matrículas e 7.200.000 atendimentos.

O SESC - Centro

A história da Unidade inaugurada sob a denominação Centro de Atividades José Loureiro, se inicia em 1959, ano em que entra em funcionamento o Centro SESC-SENAC de Curitiba. Nas dependências do Centro eram realizadas ações educativas, culturais, recreativas e de saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Wenceslau Braz, pela comemoração de seus 64 anos.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 26.11.99, Wenceslau Braz está comemorando 64 anos de sua fundação.

Suas origens históricas confundem-se com as de São José da Boa Vista. Em 1915 Joaquim Miranda, agricultor sagaz anteviu a possibilidade de bons negócios com a passagem dos trilhos de aço da ferrovia. Fixou residência a 20 Quilômetros de São José da Boa Vista, porém em território tomazinense. Naquele lugar mais tarde, foi instalado o acampamento de serviços da construção da ferrovia. Neste ponto surgiu a Cidade de Wenceslau Braz, sendo Joaquim Miranda seu primeiro povoador.

Em 1918 inaugurou-se a estação ferroviária e o patrimônio que se formou chamava-se Brasópolis. Com este nome o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Judiciário e mais tarde a denominação foi alterada para Wenceslau Braz, que cresceu enquanto São José da Boa Vista declinava.

Wenceslau Braz pertence à microrregião 05 - Amunorpi e atualmente é administrada pela Prefeita Carolina Batista de Souza. Com cerca de 20.000 habitantes, o Município desenvolve-se rapidamente e é um exemplo de progresso para o Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Centenário do Sul voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Antônio Mário Guirro, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Nova Fátima voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Luiz Celestino de Paula, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Sertaneja voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Renato Tavares, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Porecatu voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 08 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência à Prefeita Neusa Maria Campos, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Londrina voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 10 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Antônio Belinati, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Tamarana voto de congratulações pelo seu 3º aniversário, a ser comemorado no dia 13 de dezembro do corrente, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Edison Siena, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Izaltino José Silvestre, 643 - CEP.: 86.125-000.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Senhor Wilson Francisco de Holanda "Ceará", proprietário do Jornal Opinião Popular, pelos relevantes serviços prestados à região noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

#### REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária de Maringá, Tenente Coronel Aramis Linhares Serpa, cumprimentando aquela corporação pelos 35 anos de excelentes serviços prestados a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

#### REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Chefe do Estado Maior e Subcomandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel Sanderson Diotalevi, cumprimentando aquela corporação pelos 35 anos de atividades do Batalhão de Polícia Rodoviária de Maringá, brilhantemente comandado pelo Tenente Coronel Aramis Linhares Serpa.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

#### REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente.

O Parlamentar Estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, dos efusivos cumprimentos dessa Casa Legislativa à Diretoria e ao quadro social da Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. - COPACOL, pelo lançamento no último dia 27 de novembro, com a presença do Governador Jaime Lerner, da pedra fundamental do seu complexo avícola quer duplicar o atual abate de 135 mil aves/dia para 260 mil/dia e a produção de ovos de 3,5 milhões de unidades/mês para quase 7,5 milhões de unidades/mês. O que, de via, gerará perto de 1.200 novos empregos na área de abrangência da renomada cooperativa.

Do requerido, o proponente solicita que seja dado ciência ao Diretor-Presidente da citada Cooperativa, Senhor Valter Pitol, e ao Diretor Secretário, Senhor Walde-mar Walter Dal Molin, a Rua Desembargador Munhoz de Mello, 176 - CEP.: 85.415-000 - Cafelândia - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER ao Senhor Presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente à Presidência da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando a concentração de esforços daquela empresa no sentido de viabilizar a complementação dos serviços de encanamento e distribuição de água potável às famílias residentes na comunidade rural de São Luiz do Iguaçu, no Município de Boa Esperança do Iguaçu, bem como o abastecimento de água à própria estrutura da comunidade, incluindo a Igreja e o Centro Comunitário local.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Tal procedimento justifica-se na medida em que a mencionada comunidade foi uma das mais atingidas pela formação do Lago da Usina de Salto Caxias e não recebeu praticamente nenhuma compensação pelas perdas ocasionadas com o fechamento daquela barragem. Citamos que a própria comunidade, através de suas lideranças, em conjunto com a Prefeitura daquele Município, encaminhou à COPEL projetos para o estabelecimento de melhorias necessárias àquela comunidade, que viriam compensar de alguma forma as perdas sofridas. Entretanto, a Empresa, obedecendo seus critérios, informou da impossibilidade de atendimento àquelas reivindicações. O presente pedido seria hoje a forma que a COPEL teria em compensar a comunidade de São Luiz do Iguaçu, pelas perdas sofridas e esse é o anseio daquela população, que sofre com a escassez e quase inexistência de água potável. Vale informar ainda de que o poço artesiano encontra-se perfurado e com água disponível há mais de dois anos, faltando apenas a rede de distribuição e os equipamentos necessários para tal.

#### REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER providências da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja instalado um Posto Policial no bairro Santa Cândida, nesta Capital, centralizado entre o Terminal de ônibus e a Rua da Cidadania.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionada obra é de suma importância para a segurança da comunidade local, além de ampliar os serviços de segurança à população do Bairro Santa Cândida.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 607/99

A Assembléia Legislativa do

## Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação das Senhoras Rotarianas de Colorado”, com sede e foro no Município de Colorado - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, existe desde 1986, e tem por objetivos o incentivo a prestação de serviços assistenciais, educacionais e culturais à comunidade; a colaboração com instituições beneficentes e iniciativas comunitárias; e a manutenção e direção de obras meritórias à comunidade.

Ao longo destes anos, a Associação das Senhoras Rotarianas de Colorado tem prestado relevantes serviços à comunidade, pelo que, esperamos contar com o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente projeto de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 608/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congonhinhas, com sede e foro no Município de Congonhinhas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 609/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de

Iracema do Oeste, com sede no Município de Iracema do Oeste e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

## PROJETO DE LEI Nº 610/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Município de Piraí do Sul, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora das Brotas.

Art. 2º - Fica o Santuário de Nossa Senhora das Brotas incluído no Roteiro Turístico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS

ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Estamos nos aproximando da celebração de 2.000 anos do nascimento de Jesus Cristo e dos 500 anos do Brasil e também da perseverança da Igreja Católica em nosso País.

Para a nação, são datas muito significativas pois estão na essência cultural do povo, na sua grande maioria católico.

No Brasil, o coração da Igreja Católica é o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo.

Todos os anos, milhões de pessoas visitam Aparecida do Norte. No ano do jubileu, esse número será multiplicado por muitas vezes. O mesmo fenômeno deverá acontecer nos santuários estaduais.

No Paraná, Estado com herança cultural e religiosa indiscutível, localiza-se o Município de Piraí do Sul que possui o Santuário de Nossa Senhora das Brotas, onde faz-se a maior e mais tradicional festa daquela região.

DA PADROEIRA:

Sem dúvida a maior tradição religiosa do povo de Pirai do Sul é o culto e a devoção a Nossa Senhora das Brotas, que é a padroeira do Município, sendo que na atualidade essa devoção já ultrapassa os limites da cidade, alcançando toda a região dos Campos Gerais, além de ser conhecida nacionalmente e até mesmo fora do nosso país.

A devoção à Nossa Senhora das Brotas remonta ao ano de 1808, quando o Frei de Sant'Ana Galvão, hoje Beato Frei Galvão, (estando a caminho de ser canonizado como o Primeiro Santo genuinamente brasileiro), passou, em seu trabalho missionário por aquelas pastagens, deixando a uma viúva - Sra. Ana Rosa de Paula, com quem se hospedou, uma estampa de Nossa Senhora, com a seguinte dedicatória: "Lembrança de Frei Galvão", além de ter dito à família "Venerai sempre esta Santa Efigie, porque ela é muito milagrosa". Esta senhora guardou-a com todo o carinho, como uma relíquia preciosa, colocando-a em uma cartolina dura, para melhor conservá-la e rodeando-a com uma moldura de madeira, tendo em sua residência recebido um lugar de grande destaque.

Anos mais tarde, contraindo segundas núpcias com Senhor Joaquim Maciel, a Sra. Ana Rosa transferiu-se para a residência dele. Nessa mudança, perdeu-se o quadro, o que lhe causou grande tristeza e dor, pois embora empreendesse intensas buscas, não conseguiu encontrá-la mais.

Certo dia, imediatamente após o Dia de Natal, indo pelas cercanias de sua casa no mato ali existente, que fora totalmente destruído por um grande incêndio, a sra. Ana Rosa encontrou sua querida Santa, entre as cinzas e brotos novos de vegetação. O fogo destruiu totalmente a moldura de madeira do quadro, sem no entanto lesar a estampa de papel, que ficou apenas levemente chamuscada. Este fato foi interpretado como um milagre operado por Nossa Senhora.

A notícia desse caso milagroso foi passando de boca em boca, levando o nome de Nossa Senhora das Brotas aos lugares mais remotos. No início ela era conhecida apenas como a Santa, mas desde o dia em que foi encontrada em meio às cinzas e entre os novos rebentos de naturezas verdejantes, recebeu o novo e definitivo nome de Nossa Senhora das Brotas.

Esta devoção foi aumentando cada vez mais nestes 191 anos.

Diversas capelas foram sendo construindo em postos diversos do Parque que se formou em volta daquele local, procurando-se sempre melhorar o Santuário da Virgem das Brotas, até o atual, construído pelo Vigário Frei Florentino Barrionuevo inaugurado em 1985, e que tem em linhas gerais o formato de uma coroa, em homenagem à Virgem das Brotas.

Com a construção da primeira capela, pela sua beleza, conforme condições do local, os tropeiros demandavam do sul, rumo a São Paulo, tornaram-se os

primeiros devotos e escolheram aquele local como ponto fixo de uma de suas paradas durante a viagem.

Como a divulgação das graças e bênçãos recebidas pelos devotos, a pequena capela e o bosque local tornaram-se não só preferidos pelos tropeiros, mas pelo povo da cidade e da região que quase diariamente e sempre nos finais de semana se dirigem ao local para agradecer e fazer suas preces.

#### DA FESTA:

Após 191 anos do primeiro milagre, a devoção à Nossa Senhora das Brotas continua a crescer. Sua festa é a mais tradicional e a maior do Município de Pirai do Sul, e atrai hoje romeiros de diversas partes do Paraná e também do país.

Alcançou também repercussão internacional, pois no ano de 1998 um sacerdote de Portugal, onde há o culto à Virgem das Brotas, a convite do Bispo Diocesano D. João Braz de Aviz, celebrou a missa festiva do dia da festa, mostrando-se maravilhado com o que presenciou.

A data da festa já foi modificada várias vezes, devido à sua proximidade do Dia do Natal, mas ficou definitivamente fixada na data de 27 de dezembro.

A festa tem sempre início com a procissão, que parte da Igreja Matriz do Senhor Menino Deus, no centro da cidade em direção ao Bosque durante cerca de 2 km daquele local. Os devotos partem com grande fé nesta caminhada.

Após a chegada ao parque é realizada a santa missa, que todos os anos é acompanhada por milagres de fiéis. Devido ao grande número de pessoas não há possibilidade de realização desta missa da festa dá-se com imensa procissão, que finaliza com a bênção da Virgem das Brotas.

Durante todo o dia há grande programação, com muitas atrações com churrascada, quermesse, leilão, belíssimos shows além de tradicionais barracas.

#### DO PROJETO:

A cada ano a festa toma aspecto de maior grandiosidade, tendo por isso, recentemente o Vigário da Paróquia criado o Conselho de Administração do Santuário e Parque Nossa Senhora das Brotas.

O Santuário recebeu ainda, neste final de ano, uma extraordinária graça, pois no Ano Santo da abertura do novo Milênio, dentro da Diocese de Ponta Grossa, foi escolhido como um dos quatro Santuários em que todos os fiéis, dentro do período de 25 de dezembro de 1999 a 6 de janeiro do ano de 2001, podem alcançar indulgências plenárias, o que irá aumentar sensivelmente a devoção e a visitação à Nossa Senhora das Brotas, mãe de todos os piraienses e brasileiros.

Pirai do Sul, necessita dotar-se de infraestrutura suficiente e adequada para atender esta demanda de peregrinos da fé, em todos os sentidos.

A presença do turista peregrino movimenta a cidade; a grande maioria dos estabelecimentos comerciais será beneficiada.

Este potencial pode ser aproveitado para o desenvolvimento do Município, com a geração de postos de trabalho e divisas.

Diante do exposto solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei que muito irá beneficiar aquele Município, que será oficialmente o Santuário de Nossa Senhora das Brotas, fazendo também parte do Roteiro Turístico do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 611/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Branco do Sul, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, localizado a 20 km da nossa Capital, possui atualmente cerca de 30.000 habitantes.

Com um grande número de veículos, não possui o benefício de uma Circunscrição de Trânsito - CIRETRAN, para que os motoristas possam obter documentação de trânsito (Carteira de Motorista).

O Município, em fase de franco desenvolvimento, possui uma grande empresa, Votorantin, a maior da América Latina, além de outras pequenas empresas, todas no mesmo ramo, exploração de calcário e cimento, o que tornou o Município um dos líderes nacionais nesta produção.

Objetivando proporcionar aos moradores a facilidade de obter sua documentação de trânsito, especialmente Carteira de Habilitação no seu município, apresentamos o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 612/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado do Paraná, abrangendo os municípios de Cambé, Rolândia e Arapongas.

Art. 2º - Para efeitos de incentivos fiscais, creditícios e de infra-estrutura exclui-se do Pólo de turismo Rural a zona urbana dos municípios supracitados.

Art. 3º - Dá-se a denominação de Café-no-Bule o Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A Indústria de Turismo Rural é o segmento contemporâneo que apresenta o maior índice de crescimentos na economia mundial.

O turismo rural é uma das atividades denominadas não agrícolas, cujo potencial de crescimento assegura perspectivas promissoras de renda ao homem do campo, em especial aos pequenos produtores, quer sejam proprietários, quer sejam arrendatários.

Objetiva-se com a criação do Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado do Paraná - Projeto Café-no-Bule, inserir os municípios de Cambé, Rolândia e Arapongas, nos segmento mercadológico de grandes perspectivas econômico-sociais.

A importância da criação e implantação do projeto Café-no-Bule, na região supracitada, pauta-se pela implementação do turismo rural como fonte e distribuição de renda, motivados de retorno, do atual homem urbano com raízes rurais - cujo conhecimento e habilidade das atividades agrícolas não são aproveitadas nos atuais centros urbanos, bem como gerador do desenvolvimento econômico e social, dos produtores e serviços oriundos da agropecuária.

O projeto Café-no-Bule, muito mais que uma ação política do atual governo, é um resgate dos valores culturais da região do Norte do Paraná, cujas cidades que compõe, sobejamente tiveram e continuam tendo, direta ou indiretamente o seu desenvolvimento sustentado na agropecuária.

#### PROJETO DE LEI Nº 613/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 4º da lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou cadastrados na SEFA, na categoria aluguel ou espécie carga, exceto veículos de propriedade de empresas locadoras:

II - 2,5% (dois e meio por cento), para os demais veículos registrados no DETRAN, ou cadastrados no SEFA:”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.000, ficando revogadas a modificação nº 5, da lei nº 11.972, de 19 de dezembro de 1997, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) NELSON GARCIA

PROJETO DE LEI Nº 614/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder autorizado a doar ao Município de Guaratuba, área de terreno denominada quadra nº 432-G, da Planta Geral da Cidade de Guaratuba, com área de 1.250,00 m², registrado sob o nº 34.731, no Registro de Imóveis - 2º Ofício, de São José dos Pinhais.

Art. 2º - O imóvel referido no art. 1º desta lei será utilizado exclusivamente para instalação de órgãos públicos municipais, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Tal propositura pretende possibilitar a instalação de órgãos ligados ao município de Guaratuba, trazendo enormes benefícios a toda comunidade do litoral paraense.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na última semana, nós, que acompanhamos, diariamente as sessões, desta Casa, tivemos que nos ausentar, desse Plenário, já marcando aquela nossa posição, primeira, quando aqui aportou aquele projeto de lei que se destinava ao Governo do Estado, a antecipação dos royalties, de Itaipu, no prazo de 23 anos. Um verdadeiro absurdo a este Estado que apontávamos, juntamente com outros companheiros, o mal financeiro que o povo do Paraná, iria e vai ter, porque infelizmente foi aprovado nesta Casa, na sequência das outras sessões.

Não pudemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, comparecer na 2ª sessão, já avisando o líder das oposições, nesta Casa, o ilustre Deputado, Edgar Bueno, que aqui não poderíamos estar, porque tínhamos um motivo, a missa de falecimento da Senhora minha mãe e, infelizmente, por vontade de Deus, do meu filho, aqui não pude estar.

E parte da imprensa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não teve a dignidade de conversar com este Deputado e transcrever uma nota onde mostrava que o Deputado Luiz Carlos Zuk, na 2ª votação dos royalties, apesar de ter feito uma posição contrária na 1ª votação, aqui não esteve. Não estive, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por motivos alheios à minha vontade, pela fé cristã que possuo e pelo respeito à minha família! E queria que esta imprensa também tivesse o respeito, de um dia, quem escreveu esta nota não tenha a infelicidade de perder um filho num acidente, como eu perdi, e de ter a sua mão, tirada deste mundo material e não ter o respeito quando um Deputado vai assistir uma missa do seu ente querido e escreve, no jornal, que Luiz Carlos Zuk não esteve presente na sessão da 2ª votação dos royalties do Paraná. Não vim aqui, Senhor Presidente, por este motivo e não virei no ano que vem, se tiver outra matéria e coincidir com o dia da missa pela alma dos meus entes queridos meus, que são parte de meu corpo uma que me deu a vida e o outro eu dei a vida a ele. Que tenham respeito de, pelo menos perguntar, ao líder da oposição, que ele daria resposta a esta parte da imprensa, aqui credenciada!

Quero dizer, Senhor Presidente, que todas as posições que assumo nesta Casa, são posições claras, não dúvidas, e toda posição que a gente assume, infelizmente, parte de alguém que, não entendendo, que não tendo respeito e nem sentimento, vem apontar que o Zuk não esteve na sessão.

Senhor Presidente, quero também levar outro assunto, nesta tarde. O Governo do Estado, através do seu Secretário de Transporte e do DER, estampa, nos jornais do Paraná que vai fazer recuperação de rodovias do litoral do nosso Estado. Enquanto o Governo desvia a atenção ao litoral e a região metropolitana, Ponta Grossa a região dos Campos Gerais, desassistida como parte do interior do Estado, das obras inacabadas, dos dinheiros perdidos, das cabeceiras de Pontes feitas pelos empreiteiros e corroídas pela chuva, estradas que custarão um, dois, três ou quatro vezes mais àquele orçamento inicial. E o Governo do Estado, agora canaliza, aquele parco recurso que dispõe para fazer o embelezamento do litoral do Paraná, para os meses de janeiro, fevereiro. Ao passo que o interior do Estado e a nossa região, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro trabalhando. Pagando ICMS, e não tendo de volta a atenção devida do Governo do Estado do Paraná.

Queremos Senhor Presidente, uma vez mais deixar claro a esse Estado, que a nossa posição é de reclamo da população. Foi assim que a Câmara de vereadores da cidade, através do seu Presidente Edeomar Pimentel, estampa nos jornais da nossa cidade a indignação uma vez mais, como também o Prefeito, na escolha do 1º escalão deste Governo. Não temos nada contra quem foi escolhido, temos isso sim, a palavra empenhada do Governador que não cumpre o que fala, como disse que ia dar atenção a cidade e a região, nomeando para o primeiro escalão um representante da

nossa região dos Campos Gerais. Representante esse, que teve no Governo Richa, no governo Álvaro e no Governo Requião. E agora neste Governo não tem, Quero também dizer enquanto o litoral embelezado, o nosso DER da região de Ponta Grossa, não tem máquina, não tem caminhão, não tem óleo diesel, para que seja atendida a Cidade de Castro, principalmente, a Cidade de Piraí, a Cidade de Ventania, o interior não tem assistência por uma razão. Não tem óleo diesel, para aqueles caminhões que ainda são servíveis, da frota sucateada que possui o DER, fazer a atenção devida naquelas estradas vicinais.

Pasmem, Senhores Deputados! Que o CRAMER, que a COSTALCO, que outras firmas, mas que usam diariamente aquela estrada do Socavão e de Itaiacóca, tem que pagar o óleo, tem que entregar o óleo para o Governo, para que o Governo ceda uns poucos equipamentos, para ser atendida a recuperação daquelas vicinais, que alimentam um dos maiores produtores de cal, calcita, caulim, calcário da América do Sul e do mundo. Enquanto isso, o litoral do Estado é atendido Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos que aquela estrada de Teixeira Soares a Guaragi ou de Guaragi a Teixeira Soares seja concluída. Queremos que aquela estrada do Calinós, a estrada do Tacuari dos Polacos, aquelas estradas que foram paradas e que lá está o tempo correndo tudo aquilo que o Governo já lhe aplicou. São as pequenas, médias firmas empreiteiras, como esta, que está recuperando o maior patrimônio de Ponta Grossa, que é o Colégio Estadual Regente Feijó, que não está recebendo aquelas parcelas e está atrasando o pagamento dos senhores funcionários, dando uma mostra da incapacidade gerencial do Governo do Estado do Paraná. A FUNDEPAR que fez as parcerias com a Associação dos Senhores Pais e Mestres, não cumprem as parcerias, não paga o que deve. E as obras inacabadas como em Palmeiras, como em Ponta Grossa, como em toda região, como em todo Paraná, estão quase paralisadas como inoperância administrativa do Governo do Estado do Paraná.

Queriam também Senhor Presidente, que aquela passarela que o Líder do Governo, disse que o Governo do Estado já tinha autorizado, até agora não foi, e acredito que se o Líder do Governo não der um empurrão, Deputado Valdir Rossoni, a passarela não sai do papel e novas vidas serão seifadas ali em frente a churrascaria Papai Gogo, onde transita a maioria desta Casa em visita aos seus domicílios.

Quero dizer que agora está chegando a esta Casa mais um projeto do Governo do Estado e queremos junto com a Bancada da Situação aperfeiçoar este projeto. Não é possível, que o IPVA, aqueles que não têm, condições de pagar integralmente tenham que fazê-lo. Queremos diluir esse IPVA como foi nos governos anteriores e no governo do próprio Governador Jaime Lerner. Que seja realmente reciclado e dado condições mínimas para que

possa ser pago dentro da possibilidade de cada um que compõem a classe média do Paraná.

Quero também dizer que a restituição de Ponta Grossa para Vila Velha não é reclamo só do Prefeito, mas da população inteira da região dos Campos Gerais. Se nada é dado para a nossa Vila Velha, deveríamos dar de volta Vila Velha a nossa cidade, porque o Secretário do Meio Ambiente não faz nada e o Governo do Estado não aplica nada.

Peço uma vez mais aos Senhores Deputados, que a nossa cidade, que a nossa Região dos Campos Gerais e o nosso Paraná do interior seja atendida como é atendida a Região Metropolitana, como é o Litoral.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Vossa Excelência diz que o Governo não executa obras por má gestão financeira. Outro dia o Secretário Gionédís esteve aqui e foi digno de elogios de Vossa Excelência e fiquei satisfeito com isso.

### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Voltando a palavra para lhe esclarecer o elogio que fiz ao Secretário Giovani Gionédís. Naquela oportunidade elogiei o Secretário na ascensão dele como Secretário de Finanças. Porque ele colocou em ordem aquela orgia de gastos quando mostrou os números para o Paraná. Quanto o Paraná estava quebrado e que secretários estavam gastando o que não podia. Que a administração mentia. Com Giovani Gionédís na Secretaria foi mostrado uma nova roupagem do Paraná. Aquela roupagem que toda a Oposição já mostrava, mas ninguém do Governo queria admitir.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Quero dizer a Vossa Excelência que no momento em que há uma boa gestão financeira, e o Secretário Giovani Gionédís está fazendo isso. Faz quinze dias que falamos sobre a questão da passarela. Vossa Excelência conhece muito bem o Poder Público e que as coisas não acontecem da noite para o dia. Existem o encaminhamento legal, a concorrência, a licitação. Pode ter certeza, Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência pode continuar respeitando o Governador Jaime Lerner, porque é ele o comandante desse Secretário.

Muito obrigado!

### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Acredito que o Governador Jaime Lerner será respeitado pela nossa pessoa o dia em que ele cumprir a palavra que ele empenhou na minha frente e na frente da população de Ponta Grossa. Quando ele quis demonstrar que a nossa cidade seria inserida no primeiro escalão do Governo. Enquanto ele tiver faltando com a palavra não posso respeitar que não tem palavra.

Muito obrigado!

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

## O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados nessa tarde, nesse horário vamos fazer a leitura desta nota oficial do Governo do Estado do Paraná, informando sobre a ação de desocupação da Praça Nossa Senhora da Salete.

### (Lê): "NOTA OFICIAL

O Governo do Estado do Paraná vem informar oficialmente o que segue.

01- A Polícia Militar do Estado do Paraná acompanhou oficial de justiça no sábado, 27 de novembro, para fazer cumprir reintegração de posse da Praça Nossa Senhora da Salete, a partir de ordem judicial exarada pela Justiça em ação ajuizada pelo Governo do Estado do Paraná e pela Prefeitura Municipal de Curitiba em julho passado.

02 - O transcurso de forma pacífica e com absoluta tranquilidade do cumprimento da reintegração de posse, feito mais de quatro meses depois de o mandado ter sido emitido pela Justiça, é uma demonstração incontestável da disposição do Governo do Estado do Paraná para o diálogo franco e democrático.

03 - Inexiste documento oficialmente firmado pelo MST ou acordo formal com o Governo do Estado do Paraná ou ainda com a prefeitura Municipal de Curitiba no qual o próprio MST se dispusesse a deixar espontaneamente a Praça Nossa Senhora da Salete na data de 30 de novembro de 1999, ao contrário de alegações feitas por líderes do MST e da Comissão Pastoral da Terra, CPT, no domingo, 28 de novembro, e publicadas nesta segunda-feira, 29, em jornais do Paraná.

04 - Declarações feitas por líderes do MST nos dias que antecederam a desocupação e notificadas pela imprensa, além de atitudes tomadas pelo MST, como a tentativa de invasão do Palácio Iguaçu na tarde de quinta-feira, 25 de novembro, por cerca de 500 pessoas acampadas na Praça Nossa Senhora da Salete, segundo o próprio Movimento, são provas irrefutáveis de que não havia disposição de desocupação espontânea no dia 30 de novembro de 1999.

05 - No dia 08 de julho de 1999, em reunião no Palácio Iguaçu, na presença do Governador Jaime Lerner e de representantes da Igreja Católica, a Superintendência do INCRA no Paraná expôs às lideranças do MST a liberação de recursos federais e as medidas adotadas para novos assentamentos no Estado. O Governo do Estado do Paraná reiterou apelo para a desocupação espontânea da praça, mas o MST rejeitou o pedido.

06 - No dia 12 de julho de 1999, data em que a Justiça concedeu mandado de reintegração de posse da Praça Nossa Senhora da Salete, lideranças do MST condicionaram a desocupação espontânea da praça a uma audiência com o ministro da Política Fundiária Raul

Jungmann, que estaria agendada segundo o MST declarou, para o dia 22 do mesmo mês, conforme noticiou a imprensa.

A audiência acabou acontecendo dia 12 de agosto de 1999, quando o ministro esteve em Curitiba e anunciou a liberação de recursos para a reforma agrária e o financiamento da agricultura familiar no Paraná. O MST não cumpriu a promessa de desocupar a praça.

07 - No dia 14 de setembro de 1999, o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, declarou que a manutenção do acampamento no Centro Cívico, mesmo após o INCRA ter anunciado a meta de assentamento de 3 mil famílias até o final do ano no Estado, configurava uma intransigência do MSP. "Com isso, o movimento está se esvaziando no seu sentido", afirmou Dom Pedro ao lembrar que não se deve perder de vista a importância e a necessidade imperiosa de reforma agrária.

08 - No dia 15 de outubro de 1999, o líder do MST Roberto Baggio recebeu o assessor de Assuntos Fundiários do Governo do Estado do Paraná, Antonio Carlos Coelho, uma proposta de atendimento para os convênios reinvidicados pelo movimento, Baggio recusou a proposta e declarou que o acampamento na praça seria mantido "até outubro de 2000". Além disso informou na mesma reunião que o MST passaria a fazer novas edificações, entre elas um aviário, o que confirmava a intenção de permanência por tempo indeterminado na Praça Nossa Senhora de Salete.

09 - No dia 7 de novembro de 1999, um dos coordenadores do acampamento Ubiraci Stesko, disse que o protesto na praça ainda não havia cumprido o seu objetivo e que, em razão disso, ele seria mantido (Gazeta do Povo, 8/11/99).

10 - No dia 13 de novembro de 1999, o líder do MST, Roberto Baggio, afirmou em palestra no curso de pós-graduação em Agronegócios, na UFPR, conforme noticiário da imprensa que o MST estava preparado para permanecer na praça pelo prazo de "cinco anos".

11- No dia 16 de novembro, em reunião realizada na Superintendência do INCRA em Curitiba, líderes do MST, (entre eles Roberto Baggio e Ireno Prochnow, declaram estarem rompidas as negociações com o INCRA, por não aceitarem o cadastramento das 1.200 famílias que seriam assentadas imediatamente nas novas áreas desapropriadas.

12 - Nos últimos dias, o MST elevou substancialmente o número de integrantes do acampamento, dando mais uma prova da ausência de intenção de retirada espontânea no dia 30 de novembro de 1999.

13 - Durante os 172 dias em que integrantes do MST estiveram acampados na Praça Nossa Senhora da Salete, o Governo do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba disponibilizaram infra-estrutura e recursos materiais, além de alimentos e atendimento médico que importaram em gastos que, somados alcançaram cerca de R\$ 500.000,00

14 - O episódio pontual de desocupação da Praça Nossa Senhora de Saete não afeta a disposição do Governo do Estado de permanecer aberto ao diálogo como parte do processo de mediação da questão agrária no Paraná, prova disso é que na última sexta-feira, 26 de novembro, o Ministério da Política Fundiária manteve contato com o Governo do Estado do Paraná para consultá-lo sobre um esboço de proposta que contempla uma solução global para os problemas fundiários. o Governo do Estado do Paraná sugeriu ao Ministério de Política fundiária que tal esboço seja submetido à apreciação de todas as partes envolvidas na questão agrária antes de ser convalidado.

A sugestão foi aceita e o Governo do Estado do Paraná, no interesse do cumprimento da lei e na manutenção do Estado de Direito, aguarda que o INCRA coloque o esboço de proposta em debate e para aprovação entre as partes interessadas, dada a amplitude dos seus conteúdos.

15 - O Governo do Estado do Paraná espera que o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Política Fundiária e do INCRA, órgão a ele vinculado e que tem a função de acelerar a oferta de áreas, contribua com ações efetivas para que a resposta da terra seja rápida e assegure a paz no campo.

Curitiba, 29.11.99.

(a) GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para registrar hoje, os 40 anos que comemora o Serviço Social do Comércio, o SESC, no Estado do Paraná.

(Lê):

### "O SESC no Paraná

O SESC foi implantado no Paraná em 10 de janeiro de 1948, na condição de Delegacia Estadual, para prestar serviços de assistência médico-hospitalar e organizar atividades recreativas aos comerciários paranaenses, em 11 de setembro do ano seguinte, foi elevado a categoria de Departamento Regional e foi criada a Administração Regional do SESC no Paraná.

Hoje 'SESC é considerado um importante centro de referência nas áreas de cultura, lazer, saúde e educação. No entanto, a instituição sabe que a sua sobrevivência só estará assegurada mediante a superação de inúmeros desafios. A preocupação com o aperfeiçoamento das ações educativas e o comprometimento com a qualidade constituem-se diretrizes principais de seu trabalho em todas as áreas que atua.

A realização de cursos tomou impulso significativo, tanto no número de modalidade ofertadas quanto

no atendimento pela introdução de mecanismos atualizados de gerenciamento. Nos anos 90 a vocação educativa do SESC se confirma através da ampla aceitação dos cursos de atualização profissional e educação infantil, das artes plásticas, artesanato e literatura, além das informações sobre saúde voltadas para o autocuidado, a recuperação da saúde bucal e ao condicionamento físico. Outros eventos complementam o trabalho do SESC, tais como a recreação, a iniciação esportiva a refeição coletiva.

No primeiro semestre de 1999 o SESC Paraná efetuou aproximadamente 73.000 matrículas e 7.200.000 de atendimentos.

### O SESC - Centro

A história da Unidade - inaugurada sob a denominação Centro de Atividades José Loureiro, se inicia em 1959, ano em que entra em funcionamento o Centro SESC-SENAC de Curitiba. Nas dependências do Centro eram realizadas ações educativas, culturais, recreativas e de saúde.

Com a transferência do SENAC para outras instalações em 1966, o Centro de Atividades passa a ocupar a ala da Rua Pedro Ivo e os trabalhadores do comércio e sua família ganham novos espaços e serviços. As atividades de cunho educativo e social são intensificadas e novos programas são implementados.

No início da década de 70, iniciam-se ações voltadas à educação para jovens e adultos e em 1973 sai a autorização para o funcionamento de Curso Supletivo.

Em 1985, já sob a denominação de SESC Centro, a área da Unidade é consideravelmente ampliada em função da mudança da administração Regional para outro endereço.

A década de 90 foi especialmente significativa para a história da Unidade, pois as inúmeras mudanças advindas das transformações sociais e econômicas do período exigiram a tomada de novas posturas e a reestruturação dos serviços e espaços para atender às necessidades do novo tempo.

Até o mês de julho de 1999 foram registradas 13.818 matrículas e 1.200.000 atendimentos nas áreas de saúde, educação, lazer, cultura, entre outras.

Em 29 de novembro deste ano, o SESC Centro/PR comemorou 40 anos de serviços prestados dentro do nosso Estado. No decorrer desta quatro décadas escreveu a sua história inspirado na motivação e dedicação do plano de expansão com 26 unidades no Paraná, transformações surpreendentes ocorreram, sempre visando a melhoria da qualidade do SESC Centro/PR.

Pela comemoração destes gloriosos 40 anos, receba o SESC/Centro os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL

**Presidente:**

Rubens Brustolin

**Conselheiros Efetivos:**

Agentes Autônomos: Rubens Brustolin - Julio Maito Filho

Comércio Atacadista: Alceu Ribeiro - Segismundo Mazurek

Turismo e Hospitalidade: Sidney Catanaci - Nelson Torres Galvão

Comércio Armazenador: Baptista Cherobim - Francisco Paulo José Minoli

Estabel. Serviços de Saúde: José Francisco Schiavon - Renato Merolli

Comércio Varejista: Alceu Abagge - David Guntowski

Fecombustíveis: Roberto Fregonese

Instituto Nacional do Seguro Social/INSS: Sônia Regina Carzino Barbosa

Ministério do Trabalho: Tercio Alves de Albuquerque

Feder. Empregados no Comércio do Estado do Paraná: Vicente da Silva.

**Conselheiros Suplentes:**

Agentes Autônomos: Amauri Londero - Luiz Sérgio Wozniaki

Comércio Atacadista: Alceu Breda - Odair Ceschin

Turismo e Hospitalidade: Armando de Souza Couto - Milton Marques de Lima

Comércio Armazenador: Francisco Cherobim Filho

Estabel. Serviços de Saúde: João Carlos Haick - Oscar Castilho Venâncio

Comércio Varejista: Ruy Senff - Myron Saling

Fecombustíveis: Armando Matheussi

Instituto Nacional do Seguro Social/INSS:

Maria Mercedes Bassuma

Ministério do Trabalho: Marcos Vitório Stamm

Feder. Empregados no Comércio do Estado do Paraná: José Maria B. Mattos

**Diretor Regional:**

Amauri Ribas de Oliveira

**Diretora Regional Adjunta:**

Juçá Maria de Azevedo Koscianski

**Diretoria de Administração das Unidades do SESC no Paraná:**

Assessoria de Planejamento: Roseli Massolin Ramos Gaspar

Divisão de Recursos Humanos: Paulo Roberto Schubert

Divisão Contábil Financeira: Paulo Roberto Araújo Cruz

Divisão de Apoio Operacional: Maria Mafra Souza

Divisão de Material: Kurt Fehlauer

Coordenadoria de Divulgação: Edilene T. Guzzoni Montrezol

Centro de Processamento de Dados: Edson Inoue"

Aos diretores, a satisfação de ver que somos nós testemunhas vivas do dia-a-dia desta entidade que tem prestado extraordinário serviço à comunidade paranaense.

"SESC Centro: Olivo Cecconello

SESC da Esquina: Glamoni Wistuba

SESC Odontologia: Wilson de Andrade Ribeiro

SESC Portão: Edilson Gomes

SESC Educação Infantil: Marilda Kochan

SESC Terceira Idade: Gleides Maria Schimdt Soares

SESC Apucarana: Ercília Franco dos Santos

SESC Campo Mourão: Renato Pacholek

SESC Cascavel: Orlando Caetano do Carmo Jr

SESC Colônia de Férias: Sérgio Juarez Tavares

SESC Cornélio Procópio: Tieko Kanashiro Nakagawa

SESC Francisco Beltrão: Geraldo Cavanhari

SESC Guarapuava: Cássio Roberto Fernandes Lima

SESC Jacarezinho: Deoclides de Araujo Filho

SESC Londrina: Cilas Fonseca Vianna

SESC Londrina-Aeroporto: João F. dos Santos Gorla

SESC Mal. Cândido Rondon: Rose Meri Tormes Zigiottto

SESC Maringá: Antônio Vieira

SESC Paranaguá: Evaldo Luiz Prazeres

SESC Paranaíba: Ubiratan Angelo Fernandes

SESC Ponta Grossa: Myriam Gélédan

SESC Toledo: Luíz Alberto Langoski

SESC Umuarama: José Dimas Fonseca"

Portanto, os cumprimentos deste Parlamentar, e tenho certeza Sr. Presidente, de toda esta Casa à direção do SESC-PR pela comemoração dos seus 40 anos.

Peço a Vossa Excelência o horário da liderança do PTB, porque quero também cumprimentar mais algumas outras informações.

Por exemplo, transmitir a Casa que a Comissão Especial do Narcotráfico, da qual o nosso Presidente é o Deputado Ângelo Vanhoni, eu, na figura de vice-Presidente, Deputado Fernando Ribas Carli como Relator, e o Deputado Tiago Amorim como Relator Adjunto, mais os Deputados José Maria Ferreira, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Na última quarta-feira, estivemos em audiência com o Dr. Gilberto Giacóia, do Ministério Público, onde fizemos o primeiro contacto no sentido de um trabalho em conjunto com o Ministério Público do Paraná, e ficando entre a Comissão e o Ministério Público acertado de que haverá realmente um trabalho em conjunto, a colaboração das duas partes, tanto do Ministério como da Comissão Especial.

E hoje, pela manhã, Sr. Presidente, esta Comissão foi até a Superintendência da Polícia Federal, onde fomos recebidos pelo superintendente, pelo adjunto, onde também procuramos ouvir, saber as informações do trabalho que a polícia federal vem fazendo ao longo do tempo da questão do combate ao narcotráfico, da lavagem do dinheiro, das cargas roubadas, enfim de tudo que se relaciona a esta área da Superintendência da Polícia Federal do Estado do Paraná. E trouxemos de lá boa impressão de que também aquela Superintendência quer colaborar com a Comissão Especial do Narcotráfico, no sentido de fazermos também um trabalho em conjunto.

Em seguida, esta Comissão ainda na manhã de hoje foi até a Diretoria da Polícia Civil, onde fomos recebidos pelo Delegado Regional, o Dr. Noronha, e onde também fizemos os contatos necessários da mesma forma que fizemos no Ministério Público e na polícia federal, no sentido de que pudéssemos trabalhar em conjunto com a colaboração da Polícia Civil, e também foi nos assegurado pelo Diretor da Polícia Civil, toda colaboração a esta Casa e em especial a esta Comissão, com a colocação à disposição da Comissão, Delegados, agentes, investigadores, para que nós possamos evidentemente nos próximos dias, sair a campo, poder iniciar o trabalho de ação dessa nossa Comissão Especial do Narcotráfico. Logo mais às 16:30 horas esta Comissão estará, mais uma vez, reunida na sala das Comissões para elaborar um cronograma, para também, evidentemente, ter em mãos todo um trabalho de infra-estrutura com o 0800. Portanto, às 16:30 horas está marcada esta reunião para que esta Comissão possa, portanto, ter as suas condições de prestar serviços à comunidade paranaense e atendendo a solicitação que é feita pela Comissão do Narcotráfico a nível nacional.

Mas, quero também cumprimentar, Senhor Presidente, e dizer que na última sexta-feira, o Governador Jaime Lerner esteve na Cidade de Londrina, na Cidade de Maringá, onde foi, em Londrina, inaugurar um conjunto habitacional com mais de 440 casas e apartamentos, feitos com recursos da Caixa Econômica, também a participação de recursos do governo municipal, através do Prefeito Antônio Belinati. E depois em Maringá, vinte e oito novos municípios assinaram também com o Presidente da Caixa Econômica, Senhor Emílio, com a presença do Governador e com quase todos os prefeitos, vinte e oito municípios também receberam novos investimentos, num total de 52 milhões, 525 mil, 916 reais e 56 centavos.

Faço este registro para dizer que o litoral do Paraná também foi beneficiado com a Cidade de Paranaguá, recebendo o total de 159 unidades. São casas em projeto de autogestão, com um valor de 2 bilhões, 412 mil, 312 reais e 70 centavos.

Certamente, os demais Parlamentares sabem que Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Cornélio Procopio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ipirorã, Irati, Lapa, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon,

Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Prudentópolis, Rolândia, Sarandi, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama, União da Vitória, foram outros vinte e sete municípios do Paraná que receberam e que assinaram o contrato com a Caixa Econômica, na última sexta-feira, em Maringá, nesse recurso no montante de 52 milhões para um total de 3.600 novas moradias para serem construídas no Estado do Paraná. O que mostra, mais uma vez, a seriedade do nosso Diretor da COHAPAR, companheiro Rafael Deli, na questão da causa pública, em especial a questão da habitação no Estado do Paraná. A COHAPAR tem sido um exemplo de atuação em conjunto, evidentemente, com os seus parceiros que são os municípios, e contando sempre com a grande parceria que é a Caixa Econômica, na locação de recursos.

Era o que eu queria colocar, Senhor Presidente, antes porém, concedendo um aparte ao Deputado Divanir Braz Palma, que certamente esteve em Maringá acompanhando este momento bastante importante para a vida do Paraná.

### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Perfeito, nobre Deputado Algaci. Participamos da solenidade de assinatura desse contrato, lá em Maringá, onde estava presente, além do Governador Jaime Lerner, o Secretário de Habitação, Rafael Deli.

Queria registrar só um detalhe muito importante: esse programa da COHAPAR, que realiza o sonho da casa própria de muitos paranaenses, ele faz uma diferença grande dos outros planos anteriores, porque dá condição para o proprietário participar da construção e conseqüentemente reduz o custo da habitação para praticamente um terço. Essas habitações estão sendo construídas, elas custavam em condições normais em torno de 30 mil, e hoje se realiza por, em torno de 10 mil reais. Veja Vossa Excelência a importância, a seriedade com que a COHAPAR tem trabalhado nesses sistema de participação: prefeitura, Estado, governo federal e o interessado que é o mutuário.

Por isso que é um programa exequível, que está amenizando o problema da moradia no Estado do Paraná, sem, contudo, criar problemas para o adquirente, que vai para a sua casa e depois consegue pagar as prestações. Não é o que está acontecendo hoje no Sistema Financeiro da Habitação, onde temos mais de 100 mil imóveis em situação de inadimplência e está sendo motivo de estudos por parte do Senador Álvaro Dias, a mudança do Sistema Financeiro da Habitação, que, na realidade, está transformando o sonho da casa própria num verdadeiro pesadelo. A queda do poder aquisitivo, a perda de salário fazem com que o mutuário não consiga acompanhar a elevação da prestação, da mensalidade do seu apartamento. Ele vai cortando mordomias, cortando regalias, e, na hora de cortar a comida ele não poder e pára de pagar a prestação. Aí, criou-se este drama sério em todo o Brasil.

Mas, aqui no Paraná, este programa da COHAPAR é exequível, está ao alcance das classes menos privilegia-

das, e quero parabenizá-lo pela lembrança, ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário Rafael Dely, que é um excelente Secretário que trabalha, visita o interior e faz uma grande alavanca na administração do Estado junto com o Governador Jaime Lerner.

#### O SR. ALGACI TULIO

São financiamentos para pessoas que ganham de 3 a 7 salários mínimos e a construção é feita em autogestão. O cidadão apresenta uma planta e recebe, através de uma avaliação feita por técnicos das Prefeituras, o correspondente àquilo, comprando na sua própria comunidade todo o material que sai bem mais barato. Isto já aplicamos há alguns anos aqui em Curitiba e o Conjunto Cabo Frio, em Londrina, inaugurado na última sexta-feira, também foi feito em autogestão, possibilitando o seu barateamento.

Falando em Caixa Econômica, é importante reconhecer que a Caixa Econômica está abrindo um leque de renegociações com descontos de até 90% e renegociação de prestações em atraso. Acho que é um extraordinário serviço que presta a Caixa Econômica Federal.

No entanto, como já comentei anteriormente, para o mutuário da COHAB, isto já fica mais difícil, porque ele não faz o seu financiamento diretamente com a Caixa Econômica, ele faz via uma empresa intermediária como a COHAB ou a COHAPAR. Assim, não tem esta possibilidade de renegociar a inadimplência.

Estamos elaborando um documento que amanhã passarei aos Senhores Parlamentares, para que façamos uma solicitação à Caixa Econômica para que ela possibilite às Prefeituras ou suas COHAB's fazerem esta renegociação. Em Curitiba, por exemplo, moradores do Bairro Novo, uma cidade nova, construída em seis anos na zona sul da cidade, lá estão aproximadamente 70 a 80 mil famílias e nem todos conseguem acompanhar o preço da prestação, porque tem gente desempregada na família e ele não tem esta condição de renegociar juntamente com a Caixa Econômica, como tem a classe média e alta, que fazem o financiamento direto com a Caixa Econômica.

Talvez possamos iniciar aqui um movimento em nome dos municípios, para que estes mutuários das COHAB's e COHAPAR possam ter também esta possibilidade.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Antonio Baratter.

#### O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

(Lê): "Nunca, jamais, em tempo algum, tive qualquer vínculo, nem sequer em pensamento, com o narcotráfico.

Nunca, jamais, em tempo algum, participei de empresas criminosas, de fachadas ou 'laranjas'.

As circunstâncias da vida não são favoráveis, nem, adversas. São as circunstâncias.

Ortega y Gasset diz que o homem é ele e as suas próprias circunstâncias. Aqui estou hoje, eu e as minhas próprias circunstâncias.

A sociedade nos delegou poderes, ações e responsabilidades. Não caímos do céu, não subimos do inferno, somos resultado das urnas. É aos senhores e senhoras que representam a sociedade que vou expor a realidade dos fatos.

Há mais de 3 anos, em 1997, fui denunciado pelo eminente e culto Procurador da República Celso Antonio Trêz, por entender que houve evasão de divisas. O diligente Procurador, a quem respeito pela inteligência e vontade de fazer justiça, equivocou-se. A Justiça, no devido momento, proferirá a sentença.

Na empresa Cash participo do contrato social com 25% das cotas; as 75% restantes pertencem a meu irmão. Além de ser sócio minoritário, nunca exerci na sociedade qualquer função, nunca participei das atividades da empresa e nela jamais trabalhei.

Minhas atividades sempre estiveram ligadas à política partidária. Percorri o Paraná como conferencista do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB. Sou advogado, estudei filosofia e tenho mestrado em Ciências Políticas. Fui professor de cursinhos pré-vestibulares, percorri grande parte do Brasil e dezenas de países, realizando seminários.

No período de 1989 a 1993 exerci o mandato de vereador na Cidade de Cascavel pelo PSDB, partido que ajudei a criar nacionalmente e aqui no Paraná. Prestei, ainda, uma consultoria a Câmara de Vereadores e as Prefeituras.

Senhoras e Senhores Deputados, disse e repito que a denúncia que me alcança não é verdadeira.

O ilustrado agente ministerial descuidou-se. Equivocou-se pelo fato de nunca haver existido de minha parte, vínculo fático com a gestão dos negócios realizados pela Cash. A denúncia carece de fundamentação, em que pese a sapiência do Procurador em perfilar uma longa e criativa estória.

Neste processo que teve sua arrancada em 1997, até hoje nada, absolutamente nada foi encontrado. Nem uma prova existe ou foi apresentada, que possa conectar aos fatos que me são imputados, mas esse debate tem sede própria: a ação penal.

Senhoras e Senhores Deputados e imprensa, eu lhes faço a seguinte indagação: que valor poderemos creditar à sentença de um juiz quando somos julgados impiedosamente e sentenciados antecipadamente?

Meu advogado já rechaçou com veemência todas as acusações contra minha pessoa. As acusações não têm lastro em qualquer prova contida nos autos.

É preciso lembrar que o ônus da prova pertence a quem alega e, portanto, é da Procuradoria da República o dever de provar a sua pretensão acusatória.

Há um entendimento que faz parte do senso comum do mundo jurídico: o que não consta dos autos não pertence ao mundo.

A denúncia contra meu irmão Mauro Baratter também carece de provas. Até este momento nada, absolutamente nada foi provado. E desde 1997 estão tentando achar alguma coisa que possa nos incriminar, mesmo no período eleitoral de 1998, quando usaram as mesmas informações, buscando prejudicar-me.

Senhoras e Senhores Deputados: minha vida está sendo investigada há mais de 3 anos; a prova da minha inocência está de maneira lapidar no processo. Lá no verdadeiro lugar do debate, no sacrossanto ministério do contraditório, o carvão se transformou em diamante.

Após 3 anos de calvário, nada, absolutamente nada encontraram. Agora, não sei quem, nem porque e nem de onde, tentam espargir violentas e infames insinuações de que tenho ligações com o narcotráfico. Suspeitas desprovidas de qualquer fundamento. Acusações que corroem o coração e a alma da minha família.

Sobre isso, não posso me calar. Uso da tribuna para dar satisfação à sociedade do Paraná. Como homem público tenho um único dever a cumprir, que é dizer a todos: nunca, jamais, em tempo algum, tive qualquer vínculo, nem sequer em pensamento, com o narcotráfico ou qualquer organização criminosa. Que acusação infame! Que suspeição maldosa! Que trama diabólica! Se existe alguém que não precisa, neste momento, ser investigado, sou eu. Meu sigilo bancário, fiscal e telefônico foram quebrados e estão sendo investigados há mais de 3 anos. Viraram e reviraram minha vida pelo avesso e nada encontraram. Absolutamente nada.

A CPI não tem nenhuma necessidade de pedir a quebra do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, até porque, como homem público, nada tenho a esconder ou temer. Entretanto, em 1997, este sigilo foi desvendado. Até minha alma vasculharam, mas por consolo, diz o poeta: “a vida só vale a pena se a alma não for pequena”. Sou inocente, vítima de falsos justiceiros e da política-gem inescrupulosa. Lá no processo não existe absolutamente nada que possa associar-me ao narcotráfico, ou qualquer outra organização criminosa.

Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, sobre vossas cabeças pesar tão terrível injustiça, tão absurda sacanagem. Agora, imaginem pisar sobre vossas cabeças acusações de juízo temerário de estarem vós ligados ao narcotráfico, ou ao crime organizado.

Agora, num outro exercício de imaginação o que fizeram comigo e minha família, subiram na mais alta colina, esperaram uma lufada maior do vento, despejaram um saco de penas, dentro do qual estava escrito a seguinte mensagem: “Escuta aqui seu miserável e infeliz, enquanto você não recolher a última pena você será considerado culpado”.

Preciso de muitas mãos para recolhê-las, mãos como as dos meus pais, que a beira dos 80 anos sofrem junto com os seus filhos um calvário de infâmia e injustiças. Vieram para o Oeste do Paraná na década de 50, sonharam, plantaram, colheram, e agora que pode-

riam descansar, tentam jogar o bagaço do fruto contra quem o regou.

Há anos meu pai carrega na carteira uma mensagem de Charles Chaplin e pediu para seus filhos a escreverem na lápide de seu túmulo: “O homem não vale pelas vestes que usa, pelo dinheiro que carrega, o verdadeiro valor de um homem está na grandeza de seu caráter”.

Ora, meus irmãos, o caráter vem do berço. E hoje, mesmo sem pronunciar oficialmente minha posição fui agraciado com o mais belo presente que um filho pode ter, cansada de ver o ataque viterino contra o seu sangue, minha mãe, Dona Adélia Baratter, com a experiência e sabedoria dos seus 75 anos, dirigiu-se à imprensa de Cascavel, especialmente às rádios e fez seu desabafo, que todos observassem a história de nossa família antes de nos julgar.

Me acusaram deliberadamente de possuir fazendas no Mato Grosso e Paraguai. Por favor, tenham a santa paciência, nunca comprei fazenda no Mato Grosso, no Paraguai, ou em qualquer outro lugar!

A quem interessa a notícia de tamanha mentira, quem deseja que prevaleça a mentira e tentar desviar a atenção dos fatos investigados pela CPI do narcotráfico? Nos idos de 1965 meu pai comprou uma fazenda de 309 alqueires ao lado do perímetro urbano da cidade de Cascavel.

Fazenda essa que foi documentada em nome dele. Hoje esta fazenda foi desapropriada, num processo amigável, através do Decreto Governamental de interesse social nº 1658, de 14 de março de 1996, para reassentamento das famílias desabrigadas pela construção da usina de Salto Caxias.

Prestem atenção, Srs. Deputados, ela foi desapropriada por 2 milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos, declarados integralmente, perante as autoridades fiscais. Na escritura pública está impresso que não incide imposto de renda sobre tais transações. Na escritura diz mais que a expropriante, a COPEL, se responsabiliza por qualquer imposição fiscal, Sras. e Srs. Deputados, pasmem, de todas as propriedades desapropriadas, mais de 50, só a minha foi tributada, num valor superior a 900 mil reais, algo injusto e impagável!

Como diz o ditado gaúcho: “Durma com um barulho desses”!

Ao longo da minha vida cometi meus erros, fiz alguns acertos mas não o suficiente para buscar o meu ganha pão, no submundo do crime! No processo da CASH, quem falou até agora e vai continuar falando é meu advogado. Agora, quem fará a minha defesa não será mais meu advogado, eu serei meu advogado. Lançaram meu nome à execração pública, ora eu, logo eu, ter ligações com o narcotráfico ou com organizações criminosas: Extrapolou-se a questão de justiça, agora é uma questão de valor e de moral!

Sras. e Srs. Deputados, ali em cima estão os meus dois filhos, gêmeos, Valério e Vinícius, eles reconhecem, sabem o pai que possuem, que é mais que um pai, é um amigo! Sobre as drogas tivemos longos e vários bate-papos. Sei pelo que vocês dois estão passando, nesse momento! Também posso imaginar o que sentem, quando vêem a foto do pai estampada, nos jornais, com a terrível e maldosa insinuação.

Filhos, o pai vai lhes pedir desculpas, a desculpa só é devida quando há um erro consciente! Neste caso, nem inconscientemente o pai errou... Vamos nos sair bem dessa, fiquem tranquilos!

Cada vez me orgulho mais de vocês, são especiais, sei que estão sofrendo bastante e há muito tempo, tanto em seus locais de trabalho quanto na universidade, onde deveriam continuar buscando a realização de seus sonhos. Obrigado por entenderem a profunda mudança que a vida lhes impôs, a sociedade de consumo, neste momento, não nos permite, dar a vocês muitas coisas, mas vocês compreenderam, foram à luta. Hoje às 6:30h da manhã saem de casa, voltam para o almoço e depois estão trabalhando, buscando o seu sustento. Eu amo vocês!

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno.

#### **O Sr. Edgar Bueno**

Deputado Baratter, sou Deputado já pelo segundo mandato e temos três Deputados nesta Casa, Deputado Tiago Amorim, Deputado Antonio Carlos Baratter e este que vos fala.

Acho que é importante manifestação aqui, até para defender, não só a honra de um Parlamentar mas também a honra de uma cidade, que stá aqui representada por 3 Parlamentares.

Saibam as Sras. e os Srs. Deputados que, se tivesse uma pontinha de imaginação, se desconfiasse que o Deputado Baratter tivesse qualquer ligação com os bandidos, narcotraficantes, que trazem tanto prejuízo à sociedade brasileira, com certeza absoluta, meu caro Deputado Rossoni, seria o primeiro a pedir aqui a sua cassação. Seria o primeiro a pedir que o Sr. se afastasse das atividades públicas, com certeza absoluta!

Mas, conheço a sua família há muitos anos, como conheço V. Exa. há muitos anos, tenho certeza e convicção... que faço aqui uma defesa do Deputado Antonio Carlos Baratter, não existe nenhum vínculo político entre nós, até porque fazemos parte de Bancadas diferentes.

Mas acho importante a minha manifestação, porque tenho conhecimento que V. Exa. está sendo processado. Não vamos desconhecer isso. E que está na justiça, que o seu processo é o de nº 7492 e 8137.

Reconhecemos isso e sabemos. E que o Sr. vai responder. Mas qualquer vinculação com o narcotraficante, isso tenho consciência é uma injustiça que estão querendo emputar sobre este Parlamentar.

Então saiba V. Exa, que esta minha manifestação é desprendida de qualquer tipo de interesse. É apenas preservando a imagem do homem público e do pai de família, como V. Exa. é.

#### **O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER**

Muito obrigado Deputado Edgar Bueno, não poderia esperar da sua pessoa, outra manifestação a não ser esta. Prossegue leitura:

**(Lê:)**

“Senhoras e Senhores Deputados, aqui estão meus dois filhos gêmeos, Valério e Vinícius. Eles me conhecem, eles sabem o pai que possuem.

Obrigado por entenderem a profunda mudança que a vida lhes impôs.

Ao meu irmão, Mauro Baratter, que veio de Cascavel acompanhando-me, também citado nas entrelinhas da acusação leviana, meu agradecimento ao seu empenho para restabelecer a verdade, a mais pura verdade, sobre nossa família.

A vocês, obrigado pela força e pela presença.

Amo vocês.

Caras Deputadas, caros Deputados, não reclamo das circunstâncias com que hoje me defronto.

Não tenham pena de mim. Eu não os envergonharei.

Diz o ditado popular: “quem não deve não teme”. Isto não é verdade.

Como não temer a falsa acusação de ligações com o narcotráfico e com organizações criminosas?

Agradeço a solidariedade dos amigos. Jamais esquecerei a solidariedade que tenho recebido da cidade que me acolheu e me deu tantas alegrias - Cascavel.

Faço um agradecimento especial à imprensa de Cascavel, que sempre noticiou, sem nunca injuriar-me.

Sempre estive à inteira disposição da Justiça, e agora, de qualquer Comissão desta Casa ou do Congresso Nacional.”

Prestem atenção Senhoras e Senhores Deputados, um momento de alívio, antes de encerrar. O denunciante, o Procurador Celso Antônio Três, que também é homem, que também tem sentimentos, que também tem coração, que também tem alma, que também tem mulher e filhos. Hoje foi à imprensa de Cascavel que deu uma Nota Oficial, e assim começa a Nota: “Honrado em cumprimentá-lo, tendo em conta os recentes acontecimentos vinculando o Deputado Estadual Antonio Baratter ao narcotráfico, por imperativo da Justiça, de público, cumpre certificar na instrução em curso no Juízo Federal de Cascavel, nada absolutamente legítima essa imputação.” E sobre outro processo da própria Cash diz o seguinte: com tudo, mesmo nessas excepcionais hipóteses nenhuma a qual autoriza a sustentar que o Deputado Baratter tivesse consciência, de como foi havido esse dinheiro, ele está me absolvendo. Encerro, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Com as palavras de Dom Quixote dirigi-

das a Sancho Pança, quando este foi designado para governar a Ilha: “A quem hás de castigar com obras, não trates mal com palavras, pois bem, basta o desditoso a pena do suplício sem o acrescentamento das injúrias. Não te segue paixão própria em causa alheia, que os erros que cometeres, a maior parte das vezes serão sem remédios, e, se o tiverem será à maior parte das vezes serão sem remédios, e, se o tiverem será à custa do teu crédito e até de teus bens. De cabeça erguida, consciência tranqüila e alma lavada, encerro o meu pronunciamento.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença do Senador Eduardo Suplicy, do Deputado Florisvaldo Fier, ao tempo em que se solidariza em nome de toda a Mesa Executiva com o Deputado Antonio Carlos Baratter.

Esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos para que seja introduzido ao nosso Plenário o Senador Suplicy.

#### (Suspensa a Sessão)

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência reabre a sessão.

Solicito aos Senhores Deputados que ocupem seus respectivos lugares.

Ainda no Grande Expediente, recebemos com muita satisfação o Senador Suplicy que ocupará a tribuna desta Casa por alguns minutos para uma saudação aos Senhores Deputados.

Logo após ocupará a tribuna o Deputado Péricles Mello, ainda no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

#### O SR. SENADOR SUP LIC Y

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Sinto-me muito honrado em poder, aqui da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fazer uma saudação.

Gostaria de transmitir que diante dos fatos ocorridos neste final de semana em frente do Palácio Iguaçu, houve uma preocupação muito grande. Estávamos em Belo Horizonte no 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, quando, na madrugada de sábado, soubemos que estava havendo aqui o desalojamento das famílias que estavam diante do Palácio Iguaçu. Não foi possível uma mobilização de pronto. Mas hoje cedo com o ex-Deputado responsável pela política agrária do Partido dos Trabalhadores, viemos aqui solicitar, juntamente com Dom Thomás Balduino, Dom Ladislau e diversos Parlamentares, uma audiência com o Governador Jaime Lerner.

Gostaria de transmitir que o Chefe da Casa Civil, Pretextato Taborda se dirigiu onde estávamos na Associação dos Professores para acertarmos os detalhes.

Então, seremos recebidos hoje às 8:30, pelo Governador Jaime Lerner, que fez questão de dizer que na reunião estivessem presentes o Presidente do Tribunal de Justiça bem como o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Temos preocupações sobre o procedimento havido, gostaria de transmitir que a Senhora Maria de Oliveira, da Superintendência do INCRA, no sábado pela manhã, transmitiu-me que estranhou um tanto o procedimento, porque às 17:00 horas, da sexta-feira, havia se chegado praticamente a um entendimento com o MST, o INCRA e o Governo do Estado do Paraná, faltava apenas a palavra final do Governador Jaime Lerner.

Hoje pela manhã ouvimos às testemunhas, as diversas pessoas que estavam ali, como alguns dos representantes do MST, como o Sr. Paulo Brizola, como também, o advogado Dr. Frigo e a Dra. Andressa, que se sentiram impedidos de exercer a sua função como advogados. Exercício profissional como advogados que está previsto na Constituição do Estado.

Mas, certamente, todos esses aspectos serão objeto de diálogo com o Governador Jaime Lerner, logo mais.

O Líder do PT, Deputado Péricles irá logo mais se pronunciar com maior profundidade sobre este tema, mas também gostaria de aproveitar esta oportunidade para transmitir aos Senhores, que tenho muito batalhado por este país, para que se institua uma renda como Direito à Cidadania para todas as pessoas.

Como até para efeito do Congresso do Partido dos Trabalhadores, produzi um documento e uma resolução, no sentido de que o meu próprio Partido, mas juntamente com os demais batalhe para que possamos ingressar no século XXI, como sendo ao contrário do que aconteceu no século XIX, o último país a acabar com a escravidão. Nos tornarmos um dos primeiros países a instituir como um direito inalienável de toda a pessoa, de participar da riqueza da Nação e, ter o direito de receber uma modesta, mas suficiente renda para suprir as suas necessidades vitais como direito incondicional, para todas as pessoas.

No meu entendimento esta deve ser a meta, para o Brasil, no século XXI.

Então, como escrevi um documento de 18 páginas a respeito, estou deixando para que possa ser reproduzido para todos os Deputados desta Assembléia Legislativa.

Agradecendo, portanto, à atenção das Senhoras e dos Senhores.

Muito obrigado.

Gostaria de dizer que o Paraná pode se orgulhar de ter três Senadores, Osmar Dias, Álvaro Dias e Roberto Requião, que muito honram o Estado do Paraná. Tenho muita interação com eles. Ainda a pouco estava aqui dialogando com o Senador Roberto Requião. Independente de tudo aqui que eles como Senadores do Paraná têm procurado atender o interesse público e do povo do Estado do Paraná, quero também transmitir a mim, sempre que houver alguma reivindicação, algo que seja condizente com a defesa do interesse do povo do Estado do

Paraná, que também, quero ser como que um Senador do Estado do Paraná, além de ser do Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência agradece a presença do Senador Eduardo Suplicy, sente-se honrado com a sua visita e far-se-á representar na reunião, a Assembléia será representada na reunião, hoje, com o Governador Jaime Lerner e o Presidente do Tribunal de Justiça.

Ainda no Grande Expediente, o Deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero também saudar com grande honra o nosso companheiro Senador Eduardo Suplicy, que é uma figura não só do Partido dos Trabalhadores, mas uma figura que enriquece à história desse país, sem nenhuma dúvida com o seu trabalho, a favor da cidadania, com as grandes bandeiras que tem levantado no Senado da República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estávamos num Congresso do Partido em, Belo Horizonte, quando, no sábado pela manhã, fui chamado pelo Arruda Sampaio. Ele havia recebido notícias de que na madrugada, pelas três horas da manhã, centenas de homens da polícia paranaense haviam feito a desocupação do acampamento aqui em frente, na Praça Nossa Senhora de Salete.

Isso nos surpreendeu muito, nos abalou profundamente e tomamos algumas atitudes junto com os demais Deputados do PT, com lideranças nacionais, porque achamos que é uma questão nacional a questão da reforma agrária e não só atinente ao Paraná. Em função disso, vieram para cá, Arruda Sampaio, Eduardo Suplicy e teremos audiência com o Governador Jaime Lerner às 6:30 da tarde.

A mim particularmente que acompanhei o que aconteceu na Assembléia Legislativa na semana passada, alguns Deputados se manifestaram com relação ao MST, com relação ao assentamento. Eu também me manifestei terça-feira à tarde e depois à noite, sobre algumas coisas que preocupam profundamente e desenlace, esses fatos graves que ocorreram na Praça.

Estivemos na APP Sindicato e ouvimos relato de alguns membros do MST que estavam alojados aqui na Praça e que foram desalojados pela polícia, também o advogado Darci Frigo, que é o advogado da Comissão Pastoral da Terra, quando recebeu a notícia em sua casa do despejo, ele se dirigiu à Praça para tentar interceder e acompanhar o que estava ocorrendo, foi impedido e agredido violentamente pela polícia, preso, algemado. Nos mostrou as cicatrizes no seu corpo, e seu casaco completamente destruído, rasgado. Mais uma advogada que acompanhava foi agredida verbalmente por tenentes da Polícia Militar, envergonhando o Paraná e o que mais nos estarreceu é que a liderança do MST nos trouxe às nossas

mãos, um documento que é uma minuta de acordo com propostas de compromissos entre o INCRA, o Governo do Estado e o MST e ruralistas, com o objetivo de pacificação do campo.

Esse documento foi entregue à assessoria do Governo Jaime Lerner, na quinta-feira. O MST e o INCRA receberam o compromisso do assessor do governo de que o governo estudaria o documento e daria uma resposta até sexta-feira. Na sexta-feira a resposta não veio. Veio sim, na madrugada de sábado, o despejo, pela polícia, das famílias que estavam acampadas.

Vou ler rapidamente os termos desse acordo que aguardava tão somente a resposta do governo do Estado e o MST faria uma consulta às suas bases aqui na capital e na segunda-feira, hoje, estaria fechado esse acordo, o mais tardar amanhã, e nesse acordo, o MST se compromete a retirar as famílias aqui da Praça Nossa Senhora de Salete.

#### (Lê o Acordo):

#### “PROPOSTAS DE COMPROMISSOS ENTRE O INCRA, GOVERNO DO ESTADO, MST E RURALISTAS COM O OBJETIVO DE PACIFICAÇÃO DO CAMPO

1) Partindo do princípio de que a questão agrária deve ser conduzida nos marcos constitucionais, impõe-se o reconhecimento de todos da necessidade de ser coibida qualquer ação de agressão, armada ou não, fazendo uso de todos os meios disponíveis. Nesse sentido, não se admitirá a formação de milícias particulares para a desocupação de propriedades rurais ou qualquer outro fim.

2) Desencadear ações conjuntas no sentido de reduzir ao máximo a demanda por terra no Estado, com a obtenção de novas áreas para o processo de reforma agrária. Nesse esforço, obter a colaboração dos ruralistas na indicação ou oferta de áreas e, da parte dos governos, o planejamento de um programa de vistorias massivas visando disponibilizar entre 25 a 30 mil hectares para o assentamento de aproximadamente 1.500 famílias na região Noroeste.

3) O MST deverá se comprometer com a desocupação das áreas recentemente vistoriadas pelo INCRA e que atendam a função social.

4) Obter, ainda, da parte do MST, a garantia da desocupação das áreas não vistoriadas pelo INCRA.

5) O INCRA se comprometerá com a realização de vistorias na medida em que as áreas forem sendo desocupadas pelo MST, apresentando os respectivos laudos dentro de um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do término dos trabalhos de campo.

6) Compromisso do Governo do Estado de promover um controle rigoroso nas anotações das fichas de vacinação e da movimentação do efetivo pecuário, evitando a fraude com o objetivo de influenciar nos laudos de produtividade elaborados pelo INCRA.

7) Compromisso do Governo do Estado no sentido de assinar os convênios já negociados com o MST.

8) Compromisso de todos para o desenvolvimento de ações no sentido de desobstruir o andamento dos processos de desapropriação com recursos nas varas das Justiças Federal e Estadual, buscando dessa forma a incorporação ao programa de reforma agrária das áreas que não atendam a função social.

9) Tendo em vista a complexidade que envolve o imóvel denominado Fazenda Rio das Cobras (conhecida por Araupel), localizado no Município de Espigão Alto do Iguaçu, e o grande número de famílias ali acampadas, buscar um amplo entendimento com vistas a identificar outras áreas que se constituem em alternativas viáveis para o assentamento dos trabalhadores rurais.

10) No caso específico da Fazenda Novo Horizonte, no Município de Nova Londrina, a partir da consideração de que a conclusão do seu processo de desapropriação com vistas à imissão de posse apenas aguarda decisão judicial sobre recurso impetrado pelo proprietário, assegurar o retorno das famílias que estavam no imóvel há mais de um ano e que recentemente foram despejadas, permanecendo lá até uma posição definitiva da Justiça.

11) Compromisso por parte do MST de desmobilização do acampamento instalado na Praça Nossa Sra. Salete (Centro Cívico).

12) Compromisso de efetuar imediata soltura dos trabalhadores rurais presos arbitrariamente e garantias do fim de novas prisões de lideranças do MST.

13) As ações decorrentes deste acordo deverão ter início e validade imediatamente após a sua assinatura”.

Esse documento, Srs. Deputados, juntamente com outro documento onde tem, inclusive, a relação de áreas, os recursos que o MST para os equipamentos, foram entregues a representantes do Governador Jaime Lerner, na 5ª feira. E depois esse representante ligou dizendo que o Governador daria uma resposta até 6ª feira e a resposta não veio.

Se a resposta tivesse vindo, hoje podia estar assinando, mais tardar amanhã, um acordo, e, pacificamente, os trabalhadores rurais sairiam do assentamento Nossa Sra. Salete.

Esses são os fatos que temos e ouvimos hoje. O Relato das barbaridades que ocorreram nos deixaram estarelecidos. Vejam bem, Srs. Deputados, é muito estranho porque todo esse arcabouço ideológico, a forma de ver, o senso comum que os aparelhos instalados por aí, acabam massificando a consciência mais profunda das pessoas. Tudo isso faz com que haja uma sensibilidade.

E ouvi aqui, repito, Deputados quase chorando em função do sentimento de fazendeiros que viram uma máquina ou outra destruída pelo MST. Pessoas, que, de repente, ficam 2,3 meses em sua propriedade até que o Governo desaproprie. Isso é muito valorizado pela mídia.

agora, o que acontece na madrugada no assentamento, é uma coisa muito simples.

Primeiro, todos os bens, os poucos bens, porque quem estava ali são pessoas completamente despossuídas. Aquelas pessoas que no dizer de um velho sábio alemão, só tem a sua força de trabalho, são livres nos dois sentidos. Livres de todos os meios de produção, porque nada tem. E livres porque tem a sua força de trabalho para se deslocar para vender para poder sobreviver.

Quem chega a ser um sem-terra não tem nada, perdeu praticamente tudo na vida. Num processo secular de exclusão, de exploração, de concentração da propriedade. Já refletimos muito sobre isso. Estamos cansados de dizer e todo mundo sabe que o Brasil é um dos países do mundo onde dois por cento dos grandes proprietários nacionais são donos da metade do Brasil, e a terra é um recurso limitado, é um bem de produção, ou seja, se toda terra que existe num país tem um limite e está entregue na mão de poucos, não existe mais terra para ninguém, é diferente da indústria que é infinita, da mercadoria produzida que teoricamente é infinita.

Não se pode comparar a luta pela terra com a luta por carro, por habilitação ou a luta por comida, porque a questão da luta pela terra atinge a produção, por isso ela tem o poder de transformação social, porque ela produz coisa, a reforma agrária, ela produz bens, é uma autora de consumo e de produção, é diferente. Isso tudo foi relatado.

O processo secular de exclusão dos escravos quando foram abolidos não podiam mais tomar conta da terra porque a lei de terras fazia com que a terra fossem adquirida através da compra, antes a terra era livre, e o homem era escravo. Todo o processo de grilhanagem de terra, as repúblicas dos coronéis, a forma como o latifúndio historicamente grilhou terra, usou de violência, de todas as maneiras para ter o monopólio da terra no Brasil.

O que os sucessivos governos fizeram no regime autoritário que foi feito, qualquer teórico, qualquer cientista social sabe muito bem que tudo que foi feito no Brasil, quem governa o Brasil, foi no sentido de concentrar a propriedade da terra na mão de poucos.

A modernização da agricultura fez com que milhões de homens perdessem a terra que tinham. Os gaúchos que migraram historicamente vieram lá do Rio Grande para conquistar o oeste do Paraná. quando chegou a modernização do oeste eles também foram embora para o Mato Grosso, Rondônia, até que não tem mais para onde ir e vem para a cidade, onde a violência cresce, o desespero, a morte de jovens, o tráfico de drogas, a desesperança, a falta de emprego, fazemos com que o nosso povo pobre não tenha nenhuma outra alternativa. Isso, todo mundo sabe. E nos dá razão história dentro de nós para defender a reforma agrária, defender de verdade.

E o que se sabe também é que sem luta social não existe reforma agrária no Brasil, não existe, está provado isso. Se as pessoas que estão dispostas a trabalhar e o

Brasil é um dos únicos países do mundo onde tem terra disponível porque tem terra improdutiva.

Viajei de carro até Belo Horizonte, é uma vergonha, andar pelas minas Gerais, de todo o lado que se olha é terra, manto e algumas cabeças de gado, no Paraná é a mesma coisa. Num país que tem uma safra de grãos quase igual a Argentina, ela produz 68 milhões de toneladas e o Brasil 80.

O Brasil é muitas vezes maior que a Argentina porque tem terra improdutiva. E tem uma segunda premissa básica, tem gente disposta a trabalhar na terra, coisa que os países modernos, como os Estados Unidos, Inglaterra, França não tem mais. Aqui tem pessoas que estão dispostas a voltar inclusive para trabalhar na terra, porque é um processo recente, o processo do êxodo rural violento, mais violento com a modernização conservadora do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que ouvimos nesse relato, de todas as premissas históricas, as razões históricas da reforma agrária, as poucas coisas que os sem-terra tinham, o boné do movimento, a camiseta, a panela, tudo isso foi tirado, não se sabe onde está.

Mulheres saindo de roupas íntimas da cama, espingarda cano 12, mexendo o cobertor, colocados em fila indiana, 700, 800 pessoas colocadas no ônibus, e o que fizeram com essas pessoas, levaram para o lugar de origem. Tratamos os pobres como se eles fossem pobres. A ideologia dominante se esquece que existe pobreza.

A pessoa tem o lugar de origem, passa a idéia para as pessoas de senso comum que tem uma casa que ele abandonou, tem condições de viver com dignidade, essas pessoas não tenham nada, nada mais tem, teve tudo. Para alguém chegar a romper com a barreira da ideologia dominante no Brasil que é histórica, as transformações pelo alto, o conservadorismo secular, para chegar a lutar por um direito é muito difícil, essa pessoa chegou num grau que não tem mais absolutamente nada, não tem alternativa mais, quer voltar para a terra, quer trabalhar.

Essas pessoas foram levadas segundo dizem órgãos oficiais para um local de origem, sabe para onde foram levadas? Me contou um rapaz do assentamento Teixeira Soares, o pessoal que eles julgavam que era do assentamento Teixeira Soares foram largados no trevo do núcleo Santa Paula em Ponta Grossa, que fica a 20 km do assentamento Teixeira Soares, forma largados a pé, sem dinheiro, sem nada, ali foram largados, outros foram largados nas estradas, nas praças públicas.

Fizeram uma caridade levaram as pessoas para o seu local de origem, onde vão passar a viver com dignidade, viver na apatia, ver seus filhos morrerem, talvez, na violência, o assassinato das FEBENS da vida ou matando outros jovens nas ruas, assaltando para roubar carteira, ou entrando nas casas, nas fortalezas guarnecidas das elites que moram no Brasil.

Porque não há solução neste País, a própria ideologia dominante acaba sucumbindo ao real. Não adianta

mais dizer para as pessoas: Olha, quem não trabalha neste País é vagabundo.

Dava aula em Ponta Grossa e as vezes ficava falando dez aulas para o aluno, chegava na prova dizia, não, quem não trabalha é porque não quer. Então, é o massacre ideológico do senso comum que as elites produziram no Brasil.

Hoje, nem isso é possível, todos sabemos que a questão do desemprego é uma questão social, social histórica, não há uma alternativa para as pessoas a não ser minguar e morrer.

Por isso, Srs. Deputados, a bandeira da Reforma Agrária atinge a nós. Reforma Agrária é fazer a terra improdutiva passar a produzir com pessoas que nada tem, que estão dispostos a trabalhar a terra para viver com dignidade, comer arroz, feijão, plantar, ter uma casa.

É assim que esses trabalhadores são tratados, pelos filhos dos trabalhadores que são Polícias Militares que mal ganham, estão perdendo a vida também nesta violência interna que destrói o nosso povo, são agredidos desta forma às 3:00h da manhã.

Agora, me surpreende, Sr. Deputados, que o Governador não coloca no seu ofício que foi lido minhas palavras, desculpem: "A Polícia Militar acompanhou o Oficial de Justiça, no sábado, dia 27 de novembro, para fazer cumprir reintegração de posse da praça. Por que não diz aqui que foi sábado às 3 da manhã? Que é um ato ilegal praticado pelo Estado? Isso tem que ser dito, que o Governo agiu de forma ilegal e o Governo existe para a legalidade é ele que constitui a legalidade, ele não pode, é o único ente que não pode trair a legalidade é o Governo, porque ele a constitui a razão de ser do Estado a legalidade. Um movimento social pode atuar na ilegalidade, porque a lei é uma tensão, a lei não é permanente, ela muda pela tensão social, a realidade na sua tensão, na produção social, ela muda a lei, ela faz a lei mudar.

Então, se pode justificar uma ilegalidade do tipo do MST, que é a luta pela vida, que é uma grande discussão teórica, inclusive, porque eles tentam ocupar áreas que não produzem função social, que não cumprem função social. Você não pode aceitar, em hipótese alguma, a ilegalidade do Estado, não pode. E o Estado agiu completamente de forma ilegal ao atuar no assentamento às 3 horas da manhã e agir da forma como falamos.

A advogado Frigo foi massacrado por 8 policiais, agredido, violentado, algemado, surrado, suas roupas rasgadas, inclusive agredido por um tenente da polícia, um oficial com curso superior, da elite da Polícia Militar e ainda inventa uma mentira, quem conhece Darci Frigo, sabe que é uma mentira, isso o Bispo falou - Dom Ladislau, foi importante ele estar presente, ele viu, porque um oficial caiu, tropicou, o Bispo falou isso, não foi o Frigo, a três metros de distância, Frigo, cercado por 6 policiais, eles inventam agora que houve agressão a um policial que machucou a perna porque tropicou.

Essa violência não podemos aceitar, ela fere o estado de direito, ela fere a nossa consciência, ela fere a luta pela democracia, ela fere o sentimento mais profundo de justiça social. Abandonar centenas de famílias, crianças e mulheres na rua, nas praças, nos trevos, perdidos no Paraná, sem nada, não é função de um Estado e de um governo que se diz democrático.

Lamentamos...

Quanto tempo disponho, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência teria quinze minutos e já ultrapassou em oito minutos.

O SR. PÉRICLES MELLO

Solicito o Horário da Liderança do PT.

Senhor Presidente, queria chamar a atenção para outro fato: parece que há uma lógica por trás deste ato. Gostaria de perguntar por que será que este assentamento, que estava há quase seis meses na praça, este alojamento de trabalhadores rurais, porque justamente neste sábado o Governador Jaime Lerner resolve finalmente, aceitando os apelos de uma parte de nossos Deputados, desalojar os sem-terra.

É muito estranho! Isto aconteceu justamente na semana em que jagunços armados, encapuzados - e foi denunciado que existia também um delegado encapuzado - repito, na mesma semana em que jagunços armados e encapuzados, a mando do grande proprietário rural e da reação da anti-reforma agrária, porque esta é a verdade, despejam violentamente sem-terra de áreas ocupadas e atiram e ferem quase à morte uma mulher de 56 anos de idade.

É inacreditável que o Governador Jaime Lerner tome este ato radical, esquecendo de uma proposta de acordo que estava prestes a ser assinada pelo MST na segunda-feira e agindo desta forma. Por que o Governador agiu exatamente nesta semana? Isto me parece que é um casamento cada vez mais forte entre o Estado paranaense, Secretário de Segurança que assistiu a operação de camarote e muitos engravatados que também assistiram lá do Palácio, segundo o relato dos sem-terra. Há um casamento, uma fusão profunda de interesses entre o poder do Estado e o poder da propriedade rural de Curitiba. É um poder secular, todos nós sabemos. É um poder muito articulado, porque no Brasil, diferente de outros países, há uma fusão histórica entre os interesses do latifúndio e de setores da burguesia bancária, financeira, industrial. Em outros países há um conflito entre a burguesia industrial, burguesia financeira e latifúndio improdutivo. No Brasil há uma espécie de casamento e isto deu mais força histórica para o latifúndio. Este casamento fica claro, como já tinha ficado claro em outros momentos, e temos que lamentar profundamente que tal ato seja realizado pelo Governo às vésperas de um acordo com o MST.

Um dos líderes do MST nos mostrava hoje alguns resultados da Reforma Agrária para o Paraná, demonstrando claramente que a Reforma Agrária é boa para o Paraná. Isto é muito importante se destacar. A Reforma Agrária no Paraná canaliza recursos federais para o Estado. Ou seja, o MST é o responsável pela sua ação concreta na Reforma Agrária, de trazer recursos da União para o Estado.

E, como é barato sobreviver na terra! Como é fácil! Como pouco dinheiro assenta uma pessoa na terra, uma família! Mil e quinhentos reais é o valor da casa de um agricultor, com este dinheiro ele constrói a casa com sua família.

Fiquei olhando os números dos recursos que vieram, imaginando o seguinte: como com uma quantia pequena de recursos assentamos pessoas na terra, fazemos a terra se transformar em produtiva, fazemos com que as cidades pequenas do Paraná renasçam, ressurgam, vivam. O desequilíbrio total que concentra pessoas na Região Metropolitana, que transforma isto num caos da violência, da desesperança, do trânsito, em todas as formas, a Reforma Agrária dá o equilíbrio para o Estado, as pequenas cidades ressurgem porque tem famílias trabalhando e a terra improdutiva passa a produzir bens para as pessoas sobreviverem. Com o pouco dinheiro que vem de fora para dentro do Paraná, fazemos este ressurgimento equilibrado do Estado.

Este é um fato que não pode ser esquecido e tem que ser dito claramente ao povo brasileiro do Paraná que se não fosse o MST, isso não aconteceria. Quem conhece minimamente a história do Brasil sabe disso - sem luta social e sem organização dos pobres não existe possibilidade de reforma agrária. Já com eles organizados e bem organizados é muito difícil de acontecer, tal a força do latifúndio. Calculem se não existisse no Brasil um movimento chamado MST para organizar os pobres. Aliás, diga-se de passagem, o único movimento neste período, neste limiar do terceiro milênio, que faz com que os pobres do Brasil levantem a cabeça para lutar, deixem de pedir esmola ou de atuar de forma individual e violenta ou se aniquilar enquanto ser humano na sua dignidade e parte para a luta para reivindicar o direito histórico, o direito à vida, o direito à dignidade, o direito à sobrevivência.

Esta é a razão histórica deste movimento. Se este movimento tem erros - é normal que tenha erros, é normal que o povo pobre, abandonado secularmente tenha erros quando se move, quando se movimenta, tenha problemas. Não há movimento puro, mas o movimento em geral, na sua estrutura, é uma das coisas mais belas que aconteceu no Brasil, porque faz com que realmente se assine um projeto de reestruturação no Brasil de reforma agrária, um movimento que traga justiça e igualdade para a maioria do nosso povo.

Com estas razões históricas é que nós sempre viemos aqui defender a Reforma Agrária e lamentamos profundamente e repudiamos o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que este ato tenha sido cometido em con-

luio - desculpem-me a palavra dura, mas tenho que dizer assim, com os interesses do grande latifúndio que tudo faz para que a Reforma Agrária não aconteça, tudo faz e tudo fez historicamente e tudo vai continuar fazendo para que a Reforma Agrária não aconteça no Brasil e no Paraná no limite, armando jagunços para matar e para expulsar, ao arrepio da lei, as famílias assentadas em terras improdutivas, que nada mais querem que trabalhar e viver com um pouco de dignidade.

Fica aqui a palavra do nosso partido, e às seis e meia estaremos conversando com o Governador Jaime Lerner, manifestando a nossa posição e continuando firme na luta a favor da Reforma Agrária.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência anuncia, com prazer, a presença do Prefeito de Prudentópolis, Vilson Santini. De igual maneira o ex-Deputado Federal, Plínio Arruda Sampaio. Sejam bem vindos a nossa Casa.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PPB, PSB.

**(Declinam)**

PMDB com a palavra. Deputado Orlando Pessuti.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente, nossa intenção era fazer um pronunciamento mais extenso, mas dado que hoje já estamos há bastante tempo ouvindo pronunciamentos nesta Casa, eu queria apenas, Senhor Presidente, na condição de Líder do PMDB e também de membro da Comissão de Defesa do Consumidor, que tem o Deputado Ademar Traiano como nosso Presidente, deixar registrado nesta Casa que amanhã faremos um requerimento pedindo que se registre nos Anais da Assembléia, a completa reportagem que traz a revista Paraná em Páginas, em seu nº 418, ano 35, com referência a todos estes problemas que estão atormentando a vida do consumidor paranaense no que diz respeito àquilo que poderemos taxar como irregularidades praticadas pela TIM TELEPAR Celular e até mesmo pela TIM TELEPAR Fixa no Estado do Paraná. Estas irregularidades, estes abusos já foram aqui noticiados pelo eminente Deputado Ângelo Vanhoni, já foram aqui registrados pelo eminente Deputado Ricardo Chab, e a revista Paraná em Páginas, em seu nº 418, traz uma farta reportagem e vamos pedir que isto fique registrado nos Anais da Assembléia e não só registrado nos Anais, mas que isto seja encaminhado também à Comissão de Defesa e Direito do Consumidor para que o nosso Presidente, Deputado Ademar Traiano, possa promover as diligências e iniciar as tratativas que se fazem necessárias para que isto tenha um fim em nosso Estado.

Então, faço este registro apenas e no dia de amanhã, havendo condições de tempo para pronunciamento, pretendemos fazer aqui o relato da viagem que fizemos junto com o Deputado Cesar Seleme à Itália para participar do Fórum Tri-Vêneto. Vamos deixar para

amanhã, já que hoje tivemos pronunciamentos mais alongados.

Era isso, muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PDT. PFL. PTB. PST. Com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

#### **O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, Senhoras e Senhores.

Hoje, com certeza, é um dia de muita alegria para a maioria dos paranaenses. Nós hoje festejamos a volta ao estado do direito no Estado do Paraná. Assistimos, como os senhores sabem disso, e todos aqui, assistiam perplexos um protesto que se alongou por 172 dias numa ocupação de uma praça pública da linda cidade de Curitiba, Capital do nosso Estado.

O Movimento do MST tomou a Praça Nossa Senhora da Salete por quase seis meses, e numa prova de provocação contínua os líderes desse Movimento rechasaram todas as iniciativas de acordo propostas pelo Governo do Estado. A Bancada Ruralista e os demais Deputados interessados também na reforma agrária acompanharam esses encontros, e não se chegou momento algum a um acordo em que se pudesse, espontaneamente, essas famílias desocuparem essa praça. A radicalização chegou a um ponto de se criar na opinião pública, tenho certeza, o maior desgaste já havido nesse movimento dos sem-terras.

Se antes esse movimento era olhado com uma certa paternidade, olhar de humanidade e de tolerância, depois desse movimento, permanecendo nessa praça por tanto tempo, o desgaste chegou ao fundo do poço. Pesquisas foram feitas e a opinião pública chegou ao ponto de rechassar, de não aceitar mais uma provocação de tal profundidade que fere o espírito ordeiro e pacífico do povo paranaense.

Esses 172 dias, essas pessoas que aí estiveram fazendo rodízio, porque não é possível permanecer tanto tempo numa praça dessa, num movimento inteligente do MST se fazer rodízio, virou uma praça de demonstração turística, mostrando um lado negativo, o lado negro desse movimento.

Senhoras e Senhores, esses 172 dias causaram um prejuízo de quinhentos mil reais, dinheiro este, retirado do bolso do contribuinte, e com certeza, bem aplicados daria para construir quatro creches, e manter quinhentas crianças. Vejam os Senhores que dinheiro jogado fora.

Nós aqui cobrávamos, os Senhores cobravam, até o Deputado Vanhoni do PT teve uma interferência junto aos líderes sem sucesso.

Em momento algum o Governador Jaime Lerner se predispôs a tomar medidas violentas para desocupar a praça, tentou-se todos os meios, inclusive o INCRA entrou nas negociações. E depois de todo esse tempo, quase seis meses, o Governo não teve outro meio a não

ser usar do cumprimento da lei e cumpriu o mandato de reintegração de posse, através de um procedimento, que me desculpe o Deputado Péricles, com todo respeito, discordo das colocações de V. Exa. porque a Polícia Militar, muito bem conduzida pelo Secretário Cândido Martins, começou a exercer o seu trabalho exatamente às 6 horas e 4 minutos da manhã de sábado, caracterizando, portanto, este movimento, dentro do estado de direito e dentro do que preconiza a lei. Não se fez movimento nenhum antes desse horário, isso foi determinação do Governador Jaime Lerner, que foi à risca, cumprida esta tarefa. A imprensa noticiou, não houve violência, houve sim alguns ensaios, algumas demonstrações teatrais, muito próprios dos líderes do MST. Mas os Senhores sabem, as famílias foram acolhidas, dentro dos ônibus e mandadas para as suas casas.

### O Sr. Cleiton Kielse

Deputado Divanir, demais Deputados.

Nós que estamos já, há mais de 120 dias, acompanhando, não este dilema que temos hoje, na questão da reforma agrária em nosso Estado, mas este drama que o Paraná estava e parcialmente está ainda vivendo, graças a alguns grupos que, ordenados, coordenados e monitorados realmente por interesse, talvez, internacionais estavam dilapidando não só a Constituição Federal, não só a moral do nosso Estado, não só a questão da produção agrícola do nosso Estado! Estavam tentando agremiar não só em Curitiba, na região metropolitana mas em setores da sociedade produtiva do nosso Estado, retirando trabalhadores rurais, trazendo aqui para o Centro Cívico. E eu cito, na nossa Região Noroeste, onde V. Exa. representa, onde vários outros Deputados aqui têm as mãos as suas bases eleitorais, e que hoje vivíamos não só o medo, o pavor dos sem-terra mas o medo de produzir na nossa Região Noroeste. Uma região já tão sacrificada, pela questão atmosférica, pela questão do arenito Caiuá e que hoje detém na organização da UDR, na organização dos produtores ainda o receio que venham a ocupar, novamente, o Centro Cívico. Como nesse momento, Deputado Divanir, estão aqui na frente da Assembléia, protestos, falando do Governador, que apenas cumpriu a Lei, acima de tudo. E que bem ao contrário do que muitos outros Deputados andam falando, que outros, até Senadores andam falando... que queria saber, no seu Estado, este Senador que aqui esteve, o que ele está fazendo no seu Estado? O que ele está fazendo em prol dos sem-terra lá? Por que ele não leva os sem-terra do Paraná e coloca na frente do Palácio do Governo lá, junto com o Mário Covas? Gostaria de saber por que ele não faz isso?

Porque vi, em nosso Estado, que detinha o maior respeito aos sem-terra, quando os sem-terra respeitavam ainda a nossa questão da produtividade e que V. Exa. foi desrespeitado, quando foi entregar os títulos de terra no INCRA. Quando o nosso diretor do INCRA, o José Carlos de Araújo chamou apenas os Deputados para ver a forma que VV. Exas. , juntamente com o INCRA, junta-

mente com o Governo do Estado, com o Governo Federal, iriam conduzir a entrega dessas tantas milhares de áreas que existem no país, já formuladas e listadas, para serem entregues aos sem-terra, e vocês foram tratados, como bandidos, no INCRA, ficando fechados, numa sala, 3 a 4 horas! Isso é democracia, Deputado Divanir?

Talvez o Governador tenha perdido um pouco de tempo, mas está recuperando agora, realmente a moral, não só nesta Assembléia mas junto aos paranaenses, porque estávamos em estado de sítio, em nosso Estado! E, numa comparação muito rápida que fiz há alguns meses aqui, quando falamos de reforma agrária queremos falar de produtividade, e vamos citar o caso de Querência de Norte, metade da cidade pertence aos sem-terra! Há três anos atrás produzíamos 400 mil toneladas de arroz na cidade. Mais de 15 milhões de reais foram doados aos sem-terra naquela cidade. O ano passado o índice chegou a 25 mil toneladas. Isto é, mais de 95% da produção já não mais se tem naquela cidade. Imagine nos outros rincões do Paraná.

Vamos fazer reforma agrária, mas sem paternalismo. Sem sujeira ideológica, sem sacanagem política. Queremos a reforma agrária, mas sem essa baderneira, essa avacalhação pública que estava havendo no nosso Estado, tentando utilizar-se de meios e veias políticas para se fazer um palco de palhaçadas que estavam acontecendo.

Por isso a esse Senador que aqui esteve, voltamos a falar se preocupe com o seu Estado e com os seus sem-terra. Quero ver em São Paulo o que está acontecendo. Depois que venha falar com o nosso Governador.

Muito obrigado!

### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Fala-se em estado de direito, se fala em democracia, se fala em liberdade e cidadania, agora precisa-se praticá-la dos dois lados. Esse é um anti-exemplo que estamos vendo do lado de lá.

Ficar bravo, revoltado porque uma praça foi desocupada. Uma praça pública do Estado do Paraná foi desocupada após seis meses. Tenham paciência. Temos que defender nossas ideologias, temos que ter coerência com a nossa bandeira, mas acima de tudo temos que ter conhecimento de direito. Porque senão vai ser o caos. Se há revolta contra um ato desse, então não se sabe o que chega a interpretação do estado de direito de um Parlamentar.

Sinceramente, hoje estou com a alma feliz. Curitiba - Cidade Sorriso - volta a sorrir novamente.

O nosso Governador vai receber um manifesto da Bancada Ruralista que diz:

(Lê):

“Os Deputados que assinam este documento, integrantes da Bancada ruralista, manifestam seu mais amplo e irrestrito apoio à decisão do Governador Jaime Lerner, de determinar a desocupação da praça do Centro Cívico,

que esta sendo ilegalmente ocupada por membros do M.S.T..

O Governo agiu dentro da lei, cumprindo ordem judicial de reintegração da Praça Nossa Senhora Salete, que pertence ao patrimônio público sendo que o Governador Jaime Lerner só atuou após esgotados todos os meios alternativos para uma desocupação espontânea.

A Bancada Ruralista se solidariza com o Governador por esta atitude de firmeza que responde aos clamores da opinião pública, dando assim exemplo de respeito ao estado democrático de direito no Paraná.

Curitiba, 29 de novembro de 1999.”

Quero passar ao Líder do Governo Valdir Rossoni, para que faça entrega ao Governador Jaime Lerner, numa demonstração que, aqui nesta Casa, sempre estaremos ao lado do Governador quando o estado de direito prevalecer no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto a Liderança do PSDB.

**(Declina)**

Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebo esse manifesto da grande maioria dos Parlamentares.

Sentimos, no dia de ontem, a posição do povo de Curitiba. Ontem, após o almoço, vim à praça e vi a população de Curitiba cumprimentando os militares pela atitude tomada.

Acredito que devemos considerar que a medida tomada pelo Governador, não foi nada mais, nada menos, do que uma decisão da justiça. Não podemos brincar de faz de conta, que não pode se cumprir a determinação da justiça.

Sempre tenho ouvido das pessoas que ouvem uma decisão da Justiça: “Não se discute, cumpre-se.”

Vi realmente um Deputado, que gostaria de fazer a pergunta, até não quero a resposta. Se ele realmente acredita no que falou? Se ele acredita no que ele falou, sem sombra de dúvida, ele está vivendo no País errado.

Sabemos sim, que no Brasil, existem muitas injustiças sociais. Mas a maior injustiça social é não cumprir a lei. Quando você vê um Parlamentar, querendo justificar o descumprimento da lei, é de se perguntar a este Parlamentar: “O que é que vamos fazer desse País, se não cumprirmos a lei?”

Quero dizer daqui desta tribuna, que mais do que nunca me sinto orgulhoso de ser Líder do Governo Jaime Lerner, porque o Governador Jaime Lerner é um homem de uma santa paciência! Qualquer governante deste País, já teria tomado essa atitude há pelo menos dois meses atrás. Porque as provocações, as manifestações dos

líderes, querendo dizer que iriam fazer da praça: iriam colocar aviário, padaria.

Ora, Senhores Parlamentares, que estado de direito é esse que alguém defende?

Talvez estejam confundindo o estado de direito do Brasil, com o estado de direito de Cuba, que muitos defendem Fidel Castro. Vêem Fidel Castro como um herói quando sabemos que ele, não é nada mais, nada menos, que um dos últimos ditadores do mundo.

Então, não tenham dúvida, a questão aqui é ideológica. A medida do Governador é aprovada pela população do Paraná. Porque também estive no interior na sexta-feira e no sábado. No sábado, quando a população soube da medida do Governador, também aplaudiu. Diga-se de passagem, os pequenos agricultores, os pequenos proprietários, estão indignados com o Governo Federal, porque se eles recebessem o mesmo tratamento que recebe este “movimento”, sem sombra de dúvida, muitos pequenos proprietários que estão abandonando as suas propriedades, por falta de apoio, não o abandonariam.

Estou encerrando aqui o meu pronunciamento e ainda preciso tecer o meu comentário sobre o Deputado Baratter. Não fiz o aparte, o Deputado Baratter estava emocionado.

Ouvi as palavras do Deputado Edgar Bueno, um homem que goza de prestígio em Cascavel. Digo, Deputado Baratter, que quando vi na última semana, sua fotografia estampada nos jornais, como um homem que participava do narcotráfico deste País.

Não era eu que me convencia, era meu coração, porque você vê no cidadão, porque quando se encara um homem, já se vê se ele é um homem de verdade ou é um pilantra. E você, me permita dizer, quando se encontra com a população de Cascavel, com seus amigos Parlamentares aqui, não deixa dúvida a sua honestidade. Até dizia hoje pela manhã, às vezes a brincadeira do Deputado Baratter pode até comprometê-lo.

Agora, é por isso que venho a esta tribuna, Senhor Presidente, primeiro para cumprimentar o Deputado Baratter. Vossa Excelência deixou todos os seus amigos preocupados, mas aquele mesmo Procurador que talvez não teve o cuidado, no momento do sigilo da investigação que estava fazendo, primeiro enlameou o seu nome e a sua família, Deus o iluminou para que ele viesse com essa declaração, dizendo que não tem nada que possa incriminar Vossa Excelência.

Talvez o erro do passado fez com que ele pensasse na sua família e tomasse essa decisão sábia, diga-se de passagem, para inocentá-lo.

Tive dentro desta Casa, vários momentos importantes da minha vida, mas um dos momentos mais importantes que tive, foi hoje, às 11 horas da manhã, quando você ingressou no Gabinete da Liderança, com um documento assinado pelo Procurador da Justiça, porque como é bom você ver um amigo seu, tendo atestado de honestidade, tendo a palavra da Justiça e você não poder ter

pena de você. Não precisamos ter pena e você disse no seu pronunciamento, mas primeiro, ter certeza que inclusive a Justiça, o inocentou.

Quero cumprimentá-lo e dizer: “Continue este mesmo homem”. Muitos Baratter que fossem Líder do Governo, não teria esta coragem de subir à tribuna aqui hoje, porque o futuro a Deus pertence, mas sou um homem que conheço os homens de verdade, olhando no olho e você não engana, você é um homem que merece o nosso respeito e a sua família, os seus filhos recebam de nós, seus amigos, nossos cumprimentos e dizer a eles que esse sofrimento certamente vai servir de ensinamento, porque tudo o que acontece na nossa vida serve de aprendizado para você enfrentar esse momento difícil da sua vida, mas engrandecimento por esse momento da decisão deste Procurador que no passado não teve o cuidado e que hoje veio restabelecer a verdade e sabermos que sua mãe pôde sair nas ruas de Cascavel, falar com as rádios, com as televisões e falar como mãe do Baratter e do seu irmão e ter honra da sua família.

Senhor Presidente, encerro o meu pronunciamento e para minha alegria, levarei para o Governador Jaime Lerner esta manifestação dos Senhores Parlamentares que representam aqui em torno de 70% dos votos paranaenses e é isto o que interessa. Temos que respeitar a maioria e está aqui o Manifesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, será usada pelo Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência pode usar.

O Deputado falou hoje por 25 minutos.

O SR. EDGAR BUENO

Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 462/99

Pela presente proposição de emenda, suprimem-se, da redação original do Projeto de Lei nº 440/99, os artigos 2º e 3º e, do artigo 4º, que deverá ser remunerado como artigo 2º, suprime-se a expressão “...revogadas as disposições em contrário”, conforme segue:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Nelson Garcia.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa, porque invade competência legislativa municipal.

O artigo 3º, também apresenta inconstitucionalidade, consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de

natureza administrativa a órgão da administração pública, é exclusiva do Governador sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste Projeto de Lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar, e a participação municipal poderá ser objeto de convênio firmado entre os chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal.

A supressão da expressão final do artigo 3º “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 462/99

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR a Circunscrição Regional do Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

##### Apoioamento

Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Duílio Genari, Beto Richa, Serafina Carrilho, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk e Péricles Mello.

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel - AMIC, com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 542/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 561/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao Município de Primeiro de Maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 648/97, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 648/97.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a instituir através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e o Projeto “Casa Abrigo”, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.S..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 200/99

Pela presente proposição de emenda suprime-se, da redação original do Projeto de Lei nº 200/99, o artigo 9º e do artigo 10, suprime-se a expressão “...revogadas as disposições em contrário”, renumerando-o como art. 9º, conforme segue:

“Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

##### Apoioamento:

Antonio Carlos Belinati, Renato Gaúcho, Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk

**JUSTIFICATIVA:**

O prazo estipulado de 180 dias para o Poder Executivo regulamentar a Lei é incompatível com a natureza autorizatória da Proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (art. 27 da Constituição Estadual).

A supressão da expressão final do artigo 10 “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98. **O projeto retorna à C.C.J..**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao Município de Altônia-PR, da data de terra de nº 07 (sete) da quadra nº 60 (sessenta) da Cidade de Altônia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati que denomina de PR-323, entre os Municípios de Francisco Alves e Paçandu, de “João Jorge Saad”. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 577/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Centro Vivencial Rural-Projeto Novo Caminhar, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação América Pontagrossense Futebol Clube, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os Ferry-Boat na travessia de Matinhos e Guaratuba. **COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 04 (quatro), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 597/99**

Inclua-se no artigo 1º do Projeto de Lei nº 597/99, o seguinte Parágrafo Único:

“Parágrafo Único:

Ficam excluídas da presente Lei os veículos de transporte cuja carga tenha destino final ou origem no Município de Guaratuba”.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Edgar Bueno, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 597/99, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica terminantemente proibida a circulação de carretas e caminhões sobre os Ferry-Boat na travessia entre Matinhos e Guaratuba, exceto aqueles que transportam combustíveis, frutas, verduras e mercadorias perecíveis destinadas a Guaratuba, bem como deste Município para os grandes centros da produção de artesanatos e frutos do mar, cuja passagem em todos os casos deverá obedecer horário especial estabelecido pelo D.E.R..

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(aa) EDGAR BUENO, ORLANDO PESSUTI,  
NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK  
e ADEMIR BIER.

**JUSTIFICATIVA:**

Pretendemos aperfeiçoar o Artigo 1º do projeto de Lei nº 597/99, de autoria do eminente Deputado Antonio Annibelli, dando-lhe nova redação, introduzindo a passagem de combustíveis, frutas, verduras e perecíveis, bem como artesanatos e frutos do mar, de Guaratuba para os grandes centros, sempre obedecendo horário especial determinado pelo D.E.R..

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 03**

O presente substitutivo geral propõe suprir da redação do art. 1º do Projeto de Lei 597/99, a expressão “terminantemente” e do art. 2º suprime a expressão “revogadas as disposições em contrário”.

E, acrescenta ao art. 1º, parágrafo único com a seguinte redação.

“Art. 1º -...

Parágrafo Único: Excluem-se da vedação do “caput” as carretas e caminhões transportadores de mercadorias produzidas nos municípios do litoral.”

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Carlos Alborghetti e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

As supressões de expressões contidas nos artigos 1º e 2º, visam aprimorar à técnica legislativa, segundo as normas gerais sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998 (art. 90 e art. 11, alínea “c”)

A segunda alteração, que se expressa na redação do parágrafo único para o artigo 1º, prende-se a necessidade de resguardar os produtores, quer industriais, agropecuaristas e artesanais, da vedação determinada no artigo 1º sob pena de inviabilizar o comércio local.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Acrescenta ao Artigo 1º, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único - Não se aplica ao “caput” deste artigo, os veículos que transportarem cargas de até quatro toneladas.

Sala das Sessões, em 29.11.99.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento:

Ademar Traiano, Cezar Silvestri, Durval Amaral e Luiz Carlos Alborghetti.

**O projeto retorna à C.C.J..**

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que proíbe a comercialização ou circulação de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos internacionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 156, de 28.10.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 543/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei visa proibir a comercialização de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos internacionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná.

Através das Portarias nº 233 e 234, de 25 de março de 1998, do Ministério da Saúde, foram definidos os padrões de identidade e qualidade dos subprodutos da erva-mate (chimarrão, tererê e compostos). Pela Resolução 210 de 17 de Junho de 1999, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão encarregado pelo controle dos produtos destinados ao consumo humano, ficou proibido em todo “território nacional a comercialização de Erva-Mate, a adicionada de açúcar”.

Assim, observa-se que já existe legislação federal acerca do assunto. Entrementes, isto não inibe, pelo contrário, e em força da possibilidade legislativa concorrente, reforça a legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei.

Do exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 543/99

P A R E C E R :

### Relatório

De autoria do Deputado Cezar Silvestri, o projeto de lei em tela visa proibir a comercialização ou circulação de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos internacionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná.

### Fundamentação

A matéria ora proposta tem por finalidade evitar que a erva-mate impura ou de má qualidade, com a adição do açúcar, venha a se passar com erva-mate de qualidade superior e competir no mercado com o produto puro produzido no Estado do Paraná. Além disso pode causar prejuízos aos ervateiros paranaenses, inclusive os pequenos produtores, os quais se dedicam a agricultura familiar, tendo em vista que todos produzem a erva-mate pura, bem como a queda na produção paranaense, a descapitalização do setor e o desemprego.

Neste sentido e pelos motivos supracitados, a proposta, ao passar pela Comissão de Constituição e Justiça, veio a receber parecer favorável.

### Conclusão

Assim sendo, chamada esta comissão a opinar, conforme lhe outorga o art. 33, § 10º, do Regimento Interno, este relator manifesta-se favoravelmente pela aprovação do projeto em tela, seguindo portanto o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

### Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi a pauta de sessão de hoje, embora tenha conversado rapidamente com o autor do projeto, Deputado Cezar Silvestri que merece todo o nosso respeito. Tenho a obrigação de fazer alguns comentários, embora analisando sob o prisma em que nós estamos aqui, votando, apenas a Constitucionalidade do projeto. Razão pela qual, neste encaminhamento, quero declinar da

posição que tenho para, posteriormente, em segunda discussão então, tecer maiores comentários a respeito dessa questão.

Tenho acompanhado esta questão da erva-mate, pela ligação que tenho com o setor agropecuário junto ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Agricultura e a própria Secretaria da Saúde aqui no Estado do Paraná, e entendo que há um projeto de uma intenção extraordinária por parte do Deputado Cezar Silvestri, quem sabe com apoio de grande parte do setor ervateiro do nosso Estado, mas é um projeto, Presidente, que merece uma reflexão profunda desta Casa de Leis, porque sem sombra de dúvidas com o evento do MERCOSUL especialmente, e sendo ervateiro do nosso Estado, um setor importantíssimo do ponto de vista de um produto que é fundamental principalmente para uma boa parte dos agricultores do nosso Estado, nós sabemos que isto terá um reflexo imediato principalmente com relação a questão do mercado interno, e não vou aqui discutir o mérito do projeto porque obviamente se trata já de um questionamento de longo tempo que vem se fazendo com relação a esta questão da erva-mate.

Da forma como está colocado o projeto aqui, tenho preocupação, Sr. Presidente, e coloquei isso ao Deputado Cezar Silvestri, preocupação de que nós possamos estreitar o mercado da erva-mate nossa, do produto nosso, do trabalho da nossa gente, e não teremos força suficiente, embora haja obviamente uma discussão mais alongada a respeito disso, mas nós não teremos força para impedir que produto que não esteja produzindo da forma que a lei prevê, seja comercializado no nosso Estado, numa preferência muito maior inclusive do que o produto nosso produzido aqui desta forma, embora o Deputado Cezar Silvestri tenha me colocado que será apenas para efeito de que a erva-mate para chimarrão não possa ter nenhum aditivo muito menos do açúcar, mas é óbvio que teremos a compra desse produto desse produto por parte do consumidor para consumo do chimarrão da mesma forma.

Então gostaria de dizer o seguinte: como tem aqui, não participei da discussão constitucional deste projeto, e tenho que me valer aqui, Presidente, da nossa Comissão de Constituição e Justiça, cujo parecer é favorável, e tenho que respeitar obviamente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, votarei favorável na sua constitucionalidade, mas me reserva o direito e gostaria de deixar registrado e por isso faço esse encaminhamento de que na 2ª Discussão, quem sabe o nosso posicionamento não seja esse obviamente baseado nessa discussão mais detalhada, Deputado Cezar Silvestri, que teremos que ter o respeito deste projeto.

Era esse o encaminhamento, e gostaria de pedir a atenção dos Parlamentares com relação a esta questão, porque estamos passando por dificuldades já de longa data com relação a esse problema da erva-mate, e se tivéssemos uma medida a nível nacional, que era o que nós questionamos, na última reunião que tivemos com o Ministro da Agricultura foi solicitado isso por algumas

lideranças do sul do Brasil, das Assembléias aqui do sul, para que tivéssemos um único critério com relação a questão da comercialização da erva-mate. Infelizmente, ainda não obtivemos.

Então, é meritório o projeto, acho que estabelece realmente uma razão de ser com relação à produção da erva-mate, principalmente a erva-mate pura, que não tenha ela o prejuízo para o consumidor, principalmente alguns que têm problemas de saúde, inclusive que acabam consumindo a erva-mate, com um teor de açúcar que não sabem que estão consumindo, os diabéticos especialmente, quer dizer, é prejudicial à saúde humana neste sentido. Por isso, quem sabe, teria que constar no rótulo a erva-mate que tem o seu aditivo, só que muitos não sabem ler mas daí também é um outro problema, agora, nós vamos perder mercado com esta lei. Isso é notório, não tem como, pesquisas dizem isso, há uma preferência com relação ao consumo da erva-mate adicionada do açúcar no caso, acho que isto não está certo, mas nós teríamos que ver algumas alternativas neste sentido, então é meu encaminhamento nesse sentido, amanhã, quando da segunda discussão, pretendemos discutir esta questão.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Me permito contrapor alguma coisa ao nobre e ilustre Deputado Augustinho Zucchi. Não sou autor do projeto e tenho a satisfação de ver na autoridade do projeto um conterrâneo meu, o ilustre Deputado Cezar Silvestri, mas permito-me falar a respeito, porque quando Deputado Federal acompanhei as marchas e contramarchas dos ervateiros a Brasília. E quero colocar aos Srs. Deputados a questão da erva-mate, para aqueles que não sabem a erva-mate responde, hoje, por 700 mil empregos, principalmente no Paraná e Santa Catarina. O que ocorre hoje com a tão discutida questão da adição do açúcar à erva-mate, não são os ervateiros paranaenses e muito menos os catarinenses que querem adicionar o açúcar à erva-mate, quem, na verdade, quer adicionar o açúcar à erva-mate, são os ervateiros argentinos, porque lá na Argentina a erva-mate não é uma cultura nativa, a erva-mate foi florestada, foi plantada. E a erva-mate na Argentina sofre tratos culturais com aplicação de defensivos agrícolas e, por conseguinte, aquela erva-mate produzida na Argentina, ela tem que ficar por mais de 5 meses no Estado de dormência para que possa ser industrializada e depois consumida. E este período acarreta um sabor amargo à erva-mate que não agrada o paladar dos brasileiros. Então o que fazem os argentinos? Com sabedoria, com muita malandragem adicionam açúcar. Para quê? Para que a erva-mate produzida nos pampas argentinos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, possa chegar ao nosso território e ser consumida como se fosse uma erva igual a nossa. E mais, nós quando, lá em Brasília, acompanhávamos os ervateiros nos diversos ministérios, no Ministério da Saúde, no Ministério do Desenvolvimento, no Min-

istério da Indústria e Comércio, no Itamaraty, fazíamos a colocação que os argentinos praticam um “fort dumping” quando vendiam a erva deles por um terço do valor que a erva-mate brasileira era vendida, prejudicando os nossos produtores. Então, na verdade, o que visa o projeto do ilustre Deputado Cezar Silvestri é a defesa dos interesses dos produtores paranaenses e catarinenses, porque existe um pequeno número de industriais da erva-mate do Rio Grande do Sul que tem facilidade em adquirir a erva-mate vinda da Argentina, adicionar o açúcar e vender para todo o Brasil.

Então, esse projeto, na verdade, quer preservar uma cultura, Sr. Presidente, que já foi responsável por um ciclo econômico no Paraná. A erva-mate foi responsável pelo desbravamento, por exemplo, do Norte do Estado quando a erva era o grande fator, o grande produto de exportação do Paraná, quando não tínhamos os ricos cafezais do Norte do Estado.

Então, hoje, ainda a erva-mate emprega mais de 700 mil pessoas, uma mão-de-obra muitas vezes, na maioria das vezes, digo melhor, desqualificada que só sabe fazer a poda, o corte da erva, o transporte. Não podemos jogar fora essa quantidade de empregos e facilitar o mercado para os argentinos. E para que os senhores saibam, o dia em que nós estávamos juntos com representantes do setor ervateiro, lá no Ministério da Agricultura, junto com o Ministro, junto com autoridades, com representantes do Itamaraty, que negociou a pauta de mercadorias com o MERCOSUL, era um cidadão carioca falando um carioquês bastante puxado, que sequer sabia o que era erva-mate, e ele negociou e não protegeu uma cultura que emprega 700 mil pessoas no nosso País, um País que hoje enfrenta um desemprego brutal.

Então, quero parabenizar o Deputado Cezar Silvestri, e quero solicitar a todos os Senhores Deputados que votemos hoje pela constitucionalidade, na 2ª e na 3ª discussão possamos aprovar este Projeto, porque, sem dúvida nenhuma, estaremos preservando empregos e preservando uma cultura que é tradicional no nosso estado, uma cultura pela qual temos uma vocação, o estado tem uma vocação para a erva-mate. Muito obrigado, Sr. Presidente!

#### O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente. Quero inicialmente, dizer que, diferentemente do que o jornal “Folha de Londrina” divulgou na semana passada, a erva-mate representa uma grande porcentagem da nossa economia. Ela tem uma presença muito forte na nossa economia. Porque, numa nota da “Folha de Londrina”, ficou claro que a Assembleia teria assuntos mais importantes para tratar do que a erva-mate. Ora, disse aqui muito bem o Deputado Fernando Ribas Carli, que a erva-mate gera mais de setecentos e dez mil empregos no Brasil. Então estamos tratando de algo substancial, de algo importante, que merece a atenção detalhada e preocupada desta Assembleia Legislativa.

Está de parabéns o Deputado Cezar Silvestri por ter colocado na pauta de discussões este assunto.

A erva-mate, como já foi dito aqui, representou um ciclo da nossa economia, do nosso desenvolvimento. Primeiro veio a mineração, depois o tropeirismo e então veio a erva-mate que serviu para desenvolver o nosso Estado. Foram os momentos que serviram para estabelecer o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado.

Mas, Deputado Ribas Carli, a Argentina não adiciona açúcar na erva-mate porque na Argentina a adição de açúcar é proibida por lei. O que ocorre é que a erva-mate chega ao Brasil “in natura” e aqui é adicionado o açúcar - não na Argentina - porque quando é feita a compra ou quando chega o contrabando no nosso País vem o produto “in natura” e não adicionado de açúcar.

Existe uma portaria do Ministério da Saúde que proíbe a adição de açúcar. É um assunto polêmico porque nem todos os ervateiros do Paraná são favoráveis a esta lei. Existem produtores contrários achando que quem deve decidir, que deve optar é o consumidor. Que deve estar escrito no pacote de erva-mate se tem adição de açúcar ou não.

Eu, por exemplo, que sou tomador de chimarrão, gosto de erva-mate natural, 100% natural. Da erva-mate produzida em Guarapuava, Pinhão, Laranjeiras do Sul, onde Deus teve muita bondade com aquela região e aonde se tem erva-mate nativa. E, a erva-mate nativa é a que oferece o chimarrão de melhor qualidade.

A erva-mate plantada, aquela que os nossos agricultores plantam através de incentivo do Governo do Estado ou das próprias Prefeituras, oferecem um mate, um chimarrão de sabor mais amargo e aí que se coloca a discussão.

Por isso eu, respeitando aqui a posição do Deputado Cezar Silvestri e APIMATE - que aqui está - que representa os ervateiros do Paraná, vou votar favoravelmente ao projeto de lei, pela constitucionalidade, e dizer que precisamos sim, disciplinar este assunto aqui no Paraná.

Temos que ter uma lei, porque a erva-mate tem uma importância muito grande na nossa economia. Como disse o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Fernando Carli, ela gera empregos, gera riquezas, gera desenvolvimento e nós, que somos de uma região onde a erva-mate tem uma importância fundamental sobretudo na pequena agricultura.

É evidente que temos que disciplinar esta matéria, temos que fazer uma lei, todavia, temos que fazer uma lei que atenda aos interesses de todos. Temos que fazer uma lei que possa contemplar os sentimentos de todos os trabalhadores e de todas as pessoas ligadas a este setor.

Quero deixar claro o meu voto favorável à constitucionalidade da matéria, o Deputado Cezar Silvestri acha que tem que ter pressa para aprovar este projeto e podemos aprovar o projeto do Deputado Cezar Silvestri e na sequência, se for o caso, melhorá-lo através de uma

outra lei que possa atender os interesses de todos os produtores e de todas as pessoas que sobrevivem da erva-mate para trazer a riqueza e o desenvolvimento do Paraná.

Por isso, Senhor Deputado, o nosso voto será favorável, mas ainda teremos que continuar discutindo esta matéria para poder contemplar todos os interesses que ela possa trazer.

Obrigado.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O projeto que apresento nesta tarde a esta Casa, antes de mais nada, é um projeto paranista e de conhecimento de todos os Parlamentares da importância da erva-mate na economia do Estado do Paraná, principalmente em meados do século passado.

Mas é de fundamental importância para deixar mais subsídios a todos os Parlamentares no momento da votação de trazer alguns números de fundamental importância para esta Casa, muitos deles de forma brilhante no encaminhamento feito pelos Deputados que me antecederam, já foram repassados aos Senhores Deputados, mas é importante ressaltar que somente no Estado do Paraná o setor de erva-mate gera 150 mil empregos, isto se computarmos pequenos produtores rurais e funcionários que trabalham em unidades de processamento.

São 250 unidades de processamento e 180 municípios do Estado do Paraná envolvidos na produção de erva-mate e é importante ressaltar que 98% da produção de erva-mate é feita em propriedade com menos de 100 hectares, ou seja, é uma atividade que atende exatamente o micro e o pequeno produtor rural e nós, aqui nesta Casa durante meses e meses estamos procurando alternativas para fixar o homem no campo. E o que é mais grave e preocupante, a região que represento, que é a Região Centro-Oeste do Paraná, como a Região Sul, a Região Central e a Região Sudoeste, não tem outra alternativa de uma cultura perene, diferente do que ocorre no norte do Paraná com o café e com a laranja.

Então, é uma alternativa que viabiliza a pequena propriedade. E hoje o setor, não somente aqueles que processam, mas também o pequeno produtor rural está recebendo uma concorrência totalmente desleal por parte de produtores e também de pessoas que processam o produto no País em pequena quantidade. Podemos dizer que este nosso projeto atende mais de 95% do setor, apenas 5% estão utilizando a adição de açúcar na erva-mate para comercialização, como o chimarrão e o tererê.

Então, acredito que respeitando aqueles que me antecederam e que se opõem ao meu pensamento, mas gostaria, principalmente de discordar - e respeitando a posição do Deputado Zuk - dizer que o meu projeto exatamente visa dar garantia de mercado ao produtor brasileiro, discordando exatamente da sua preocupação, porque hoje a adição de açúcar na erva-mate apenas está

beneficiando na sua grande maioria, ou podemos dizer mais de 90% dos produtores argentinos e em pequena quantidade de alguns produtores brasileiros.

O porquê da nossa preocupação e o porquê de discordar de Vossa Excelência, Deputado Zuk? Na Argentina é proibida a adição de açúcar na erva-mate, e o que estamos assistindo, isso há muito tempo, e calados, é que são editadas portarias, já foram duas portarias editadas por parte da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde proibindo a adição de erva-mate, mas isso não é regulamentado através de lei, e por não ter força de lei, as empresas, através de liminares, continuam fazendo a comercialização.

Então, acho que cabe a nós, e posso aqui adiantar a todos os meus Pares que também um companheiro nosso, Deputado de Santa Catarina, está apresentando um projeto de igual teor, como também no Rio Grande do Sul, proibindo a comercialização nos três Estados. E para que vocês tenham idéia desses números a nível nacional temos envolvidos na cadeia produtiva da erva-mate 710 mil pessoas, com 725 empresas processadoras, envolvendo 486 municípios que produzem erva-mate em todo o País. Então, realmente é um problema, é um assunto de grande importância e que acredito que terei o apoio da grande maioria dessa Casa.

Também é importante ressaltar que além da concorrência desleal que os pequenos produtores vêm sentindo através da adição do açúcar na erva-mate, também temos aí um problema de saúde, a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul constatou a presença de bolores e leveduras na erva-mate comercializada para consumo como chimarrão, exatamente em função da adição de açúcar, porque açúcar fermenta, há aí a possibilidade da criação de microorganismo que são extremamente prejudiciais à saúde, além do que já foi dito também, o grande problema que teremos com as pessoas que sofrem de diabetes.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cesar Silvestri, eu quero deixar clara a posição que falei anteriormente, essa Casa nunca assistiu o meu voto contrário a qualquer interesse da agricultura do Paraná e nunca vai ver.

É apenas uma dúvida que Vossa Excelência teve a oportunidade de me esclarecer aí.

Se Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram o mesmo procedimento até que me convence, senão o que o Deputado Nereu Moura falou, porque Deus foi generoso com a região Centro-Oeste do Paraná, nós temos a erva-mate nativa, não é o caso do nosso sudoeste do Paraná de centenas, de milhares de pequenos produtores e nem do oeste, aonde nós vamos assistir gente vendendo erva-mate para o Rio Grande do Sul, ou indo buscar erva-mate no Rio Grande do Sul.

Se não houver esse tratamento, então eu me rendo a argumentação, até faço aqui uma sugestão, vamos aprovar a sua lei, acho que é uma lei meritória. Agora que vamos fazer um grande debate com relação a essa questão. E se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina tiverem o mesmo, não precisa outros Estados, se esses dois tiverem o mesmo procedimento aí eu acho que nós estamos em igualdade de condição, senão o setor, senão a grande argumentação de geração de empregos nós vamos ter muitos pequenos agricultores com erva-mate reflorescada, plantada que terão dificuldades. Acho que Vossa Excelência me entende.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Deputado Augustinho Zucchi, para tranqüilizá-lo eu gostaria também de trazer ao conhecimento de todos os Deputados que a lei não proíbe a comercialização de erva-mate adicionada com açúcar desde que isso seja especificado, e especificado como a Lei Federal, a portaria 233 determina como composto de erva-mate.

O que nós estamos questionando e o que nós estamos proibindo é comercialização como erva-mate para chimarrão e tererê, como composto é possível a comercialização, não há nada que impessa. Então, essa preocupação de que o mercado terá dificuldade, não vejo dessa forma.

O que precisaremos na verdade, é normatizar e estabelecer de que erva-mate com a finalidade do comércio para chimarrão e tererê não possa ter adição de açúcar. Mas também para tranquilizar o Deputado Augustinho Zucchi e o Deputado Nereu Moura, passar uma informação para vocês que agora, dia 27 de novembro há 2 dias atrás, e aqui estou com uma cópia do jornal Zero Hora, de Porto alegre e também do jornal Correio do Povo, do Rio Grande do sul.

Há dois dias atrás nós tivemos um encontro, do CODESUL, onde estiveram presentes o Governador Olívio Dutra e também o governador Zéca, PT, com representantes do Estado do Paraná e de Santa Catarina, onde tratou de vários assuntos, e um deles, saiu uma nota dizendo que os 4 Governos definiram também uma posição contrária ao processo de adição de açúcar à erva-mate, que, segundo eles, desvaloriza o produto e traria prejuízos aos pequenos produtores, bem como a Saúde dos consumidores.

Então, acredito que a preocupação do Deputado Zucchi, fica esclarecida na medida que os 4 Governadores têm uma posição contrária à adição do açúcar. E eu digo aqui, a todos vocês, para encerrar, com bastante tranquilidade sobre o assunto. E até nós uma certa indignação, Senhor Presidente, há questão de alguns anos esteve aqui, nesta Casa um Ministro da Agricultura, e eu lembro bem, quando ele dizia, quando nós questionávamos, Deputado Pessuti, é testemunha disso, como Presidente do Bloco Agropecuário, quando nós questionávamos, principalmente a questão da importação

do trigo, o Ministro nos dizia que já estava na hora do produtor brasileiro ser competente e competitivo.

Agora, não podemos ser competitivos quando a regra do jogo não é a mesma! A Argentina produz a erva, uma produtividade muito maior que a nossa, mas é um produto que não se adapta aos nossos paladares. E usa, infelizmente, alguns produtores brasileiros estão usando o artifício da adição de açúcar, concorrendo, de forma desleal com o nosso produtor.

Da mesma forma estamos vendo isso com vários produtos, por isso, apresentarei, nos próximos dias um novo projeto nesta Casa, proibindo a comercialização, circulação e a venda de carne, de produtos, onde se usa anabolizante.

Porque nós, no Brasil, proibimos a utilização do anabolizante, na carne bovina, que dá um aumento de produtividade, comprovada, de 20%. E a Argentina, o Uruguai se utilizam do anabolizante e nós compramos a carne. Depois nós somos acusados, produtores rurais que nós não somos competentes, que nós não somos competitivos.

Por essa razão, Senhor Presidente, eu acho que está na hora de defendermos os nossos interesses, principalmente os interesses do Paraná.

Conto com o apoio de todos vocês acredito que todos aqueles que nos auxiliarem, aprovando este projeto, estão auxiliando, principalmente o pequeno produtor.

Muito obrigado.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, quero apenas dizer uma coisa, Deputado Cesar Silvestri, até amanhã, a gente avalia melhor as condições gerais de um projeto dessa natureza.

Tem implicações, o Deputado Zucchi fez algumas colocações pertinentes, o Deputado Nereu Moura fez algumas colocações pertinentes, agora uma coisa é indiscutível, deputado isso eu queria prestar um testemunho, que é favorável ao seu pensamento.

De forma alguma pode-se vender erva-mate, sem ao menos constar, no pacote, que tem açúcar. Vou lhe dar um exemplo, aqui, meu pai, descobriu, já com idade avançada, que tem diabetes.

Suprimiu tudo quase o que come, come bolacha de noite, não sei o que, para cuidar, controlar a tal de diabetes.

Mas meu pai bebe chimarrão, de manhã à noite, conseqüentemente ele está, de um lado, cuidando da alimentação, se privando de comer um churrasco, muitas vezes, para controlar a diabetes, por outro lado está ingerindo açúcar constantemente.

Porque eu desafio, se eu fizer uma pergunta para o tomador de chimarrão, que tenha diabetes, se ele sabe que está consumindo açúcar, 90% não sabe. Então esse é um risco que tem que controlar e isso fala em favor do seu projeto.

Agora se é constando no rótulo, no invólucro da erva, na sua embalagem, que tem açúcar ou que não tem açúcar. Isso é uma questão que poderemos discutir na 2ª Discussão, mas que de forma nenhuma pode se continuar vendendo erva-mate com açúcar sem que o consumidor saiba disso. Acho que até por respeito ao usuário do chimarrão e por uma norma de saúde, precisa ser advertido.

**O SR. EDGAR BUENO (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tínhamos algumas dúvidas com referência a esse projeto e hoje na parte da manhã, reunimos com o Deputado Nereu Moura, Cezar Silvestri e os representantes dos ervateiros, das indústrias, enfim, para recebermos os esclarecimentos que precisaríamos. E nós dentro das explicações que recebemos, do Presidente da ABIMATE e seus representantes, fomos convencidos que esse é realmente um projeto que protege o produtor paranaense, as indústrias paranaenses. E se a preocupação, principalmente a citada pelo Deputado Zuk, é a preocupação da proteção, este é realmente um projeto que protege. Agora é necessário que haja um esclarecimento. Peço até para a ABIMATE, que faça esse esclarecimento, porque agora no calor da discussão e dos encaminhamentos, recebi uma ligação agora, da região de Laranjeiras do Sul, um produtor desesperado, dizendo que ia acabar com a sua produção porque se não adicionasse o açúcar nas ervateiras plantadas, eles perderiam muito.

Só falta um esclarecimento, que hoje nos já discutimos isso, na parte da manhã e nos convenceram que não há prejuízo, há apenas a proteção.

Hoje temos quatro Estados que estão discutindo e vão implantar imediatamente esta proteção para os produtores de erva em Santa Catarina, Rio Grande do sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Então, estamos encaminhando favoravelmente, para registrar que estamos convencidos que esse realmente é um projeto que vem em benefício à produção, ao emprego, ao desenvolvimento não só do Paraná, mas desses quatro Estados citados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente!

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, acredito que não ficou claro e peço desculpas aos meus colegas Deputados. Acredito que faltou aqui um esclarecimento. Na verdade o projeto não proíbe a comercialização de erva-mate adicionada com açúcar, desde que no rótulo esteja escrito o seguinte: Existe uma portaria Federal e uma Resolução que determina: “Composto de erva-mate adicionada de açúcar, adicionado de limão, enfim de qualquer outros aromas e outros sabores. Mas tem que ser composto de erva-mate.

Então não estamos prejudicando nenhum produtor, o próprio Deputado Elio Rusch me falava agora, que recebeu um telefonema preocupado, que o Prefeito dizia

que esse projeto estaria somente beneficiando o Município de Guarapuava. Isso não é verdade, a demonstração maior, também uma falha minha. Não citei as entidades que aqui estão presentes. Temos aqui a ABIMATE - que é a Associação dos Produtores Industriais do Paraná; o Sindicato Rural de Guarapuava; os produtores da região de Ivaí; a Câmara Setorial Polo Sul de São Mateus do Sul; a Câmara Setorial Polo Oeste da região de Cascavel; o Sindicato dos Engenheiros do Paraná; a EMBRAPA, está representada; Associação das Câmaras Municipais do Sul do Paraná; Institutos Florestais e Tropicais; Instituto Agroflorestal Bernardo Rokford; Direção Estadual do PDT; Associação Comercial de São Mateus do Sul e também a Secretaria Agricultura de Turvo e de Guarapuava.

Então acredito que não é um projeto do interesse do município como está sendo passado. E para que também fique bastante claro, vou passar a todos os Deputados, o que na verdade, qual a designação, que forma está transcrita o composto de erva-mate, para que não paire dúvidas. “O composto de erva-mate, é o produto erva-mate, adicionado de espécimes vegetais ou aromas naturais, que podem ser comercializados, sobre a forma de refrigerantes, mate solúvel ou produto de infusão.”

Então na verdade o que queremos através da nossa lei, é de quem quiser comercializar a erva-mate com adição de açúcar ou qualquer outro produto de origem vegetal ou com aromas naturais que coloquem composto de erva mate com o produto tal.

Agora no momento que for comercializado como chimarrão, nossa lei está procurando preservar pessoas como o pai do Deputado Caíto Quintana que tomam chimarrão todos os dias e é diabético e não sabe que está consumindo açúcar. E o que é pior, são milhares de pessoas de baixo poder aquisitivo que vão ao mercado e até analfabetas, compra, não sabe ler e vai para casa e não sabe que está tomando açúcar todos os dias.

Por isso peço a todos os Parlamentares que nos ajude a aprovação desse projeto, estarão ajudando o consumidor paranaense e todos os produtores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação em 1ª Discussão o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2582, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2583, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2584 e 2594, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2585 e 2586, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2587 e 2588, de autoria do Sr. Deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2589, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2592, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2593 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2595 a 2597 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2600 a 2602 de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2604 de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2607, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2609 a 2614, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Estou convidando todos os líderes de partido para uma reunião na Liderança do Governo às 11:00 horas. Para que possamos discutir sobre a Mensagem do IPVA. Seria importante dizer também que a Mensagem do IPVA está na Casa para o Deputado que tiver interesse pegasse uma cópia para não ouvirmos a alegação de que não teve conhecimento antecipado do projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Esta Presidência esclarece aos Senhores Deputados, que hoje quase que emendamos com a Sessão Extraordinária da noite.

Então, hoje, não haverá Sessão Extraordinária até por que as matérias hoje foram adiantadas. Amanhã, sim, eu convoco e solicito a presença de todos os Deputados na sessão da tarde, das 14 horas e 30 minutos, porque votaremos a Emenda Constitucional e para votação neste projeto, para a aprovação neste projeto serão necessários trinta e três (33) votos favoráveis.

Portanto, solicito a todos os Deputados que na sessão de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, façam-se presentes.

Fica também adiada a reunião do narcotráfico, para amanhã, às 16 horas e 30 minutos. A reunião das Lider-

anças dos Partidos para discutirmos o Projeto do IPVA, amanhã às 11:00 horas.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente já fizemos uma preliminar, com o Deputado Ângelo Vanhoni com o Deputado Padre Roque da Liderança do Governo, já traçamos alguns planos, já temos algumas coisas em mente. O que quer dizer que a Comissão já está trabalhando ativamente e contando evidentemente com a colaboração de Vossa Excelência, na questão da logística, para que a Comissão realmente possa desempenhar a contento o seu trabalho.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 029/99.

#### EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 462, 584 e 460/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 450, 490, 560, 580 e 583/99.

Levanta-se a sessão.

### Comunicado:

Esta Diretoria de Pessoal, conforme despacho do Senhor Procurador Geral às fls. 72 e determinação do Senhor Diretor Geral às fls. 72 (verso), protocolado nº 1334/99, encaminha, para publicação no Diário desta Assembléia Legislativa, o seguinte comunicado:

“Os Senhores Funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupantes dos cargos de Consultores Técnicos “A” e “B”, devem apresentar subsídios que comprovem seus respectivos tempos de serviço, através títulos de nomeação, cópias de fichas funcionais, diários de Assembléia, certidões, etc., no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação e que deverão ser entregues na Diretoria de Pessoal, coordenadoria de relações trabalhistas aos funcionários, Eleovan Cezar Ribeiro ou Valter Antonio Marchiorato”.

Publique-se 29.11.99.

D.P

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 14ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Beto Richa, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Algaci Túlio, Durval Amaral, Nereu Moura, Moysés Leônidas e mais os Deputados Edgar Bueno e Antonio Carlos Baratter. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 460/99 de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 471/99 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 465/99 de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 539/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 550/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 551/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 582/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 583/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, à emenda de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 557/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura; 14) Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Algaci Tulio; 15) Projeto de Lei nº 547/99, de autoria do Deputado Tiago de Amorim Novaes. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura; 16) Projeto de Lei nº 543/99, de autoria do Deputado Cezar

Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 516/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 577/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 580/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 581/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 549/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 584/99, de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 564/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 560/99 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Pastor Edson Praczyk; 25) Projeto de Lei nº 566/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 272/99 de autoria do Deputado Ademir Bier. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Hermes Fonseca; 27) Projeto de Lei nº 528/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 267/99 de autoria do Deputado Ademir Bier. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura; 29) Projeto de Lei nº 227/99 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Deputado Relator Durval Amaral requer seja enviada matéria ao autor para melhor análise; 30) Projeto de Lei nº 431/99 de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Durval Amaral; 31) Projeto de Lei nº 546/99 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 518/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 526/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, APROVADO. 34) Projeto de Lei nº 519/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, APROVADO. 35) Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, APROVADO. 36) Proposição Veto nº 028/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari. APROVADO, com voto contrário do Deputado Antonio Belinati. Nada mais havendo a tratar, e para contar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata

que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária da Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária